



# PCMG 2021

Prova Comentada

mege

**CURSO MEGE**

**Site:** [www.mege.com.br](http://www.mege.com.br)

**Celular/Whatsapp:** (99) 982622200 (Tim)

**Fanpage:** /cursomege

**Instagram:** @cursomege

**Material:** PCMG 2021 – Prova Comentada

# **PCMG 2021 - *FUMARC***

## **(Prova Comentada)**

2

## MENSAGEM DO MEGE

O concurso para Delta-MG ocorreu no ano de 2021, ainda em trâmite e com finalização de fase de provas. Fumarc, como nos últimos certames, foi a banca selecionada para a realização da seleção, tendo um perfil legalista-doutrinário com perspectiva menos jurisprudencial.

A banca em comento costuma ter um tipo de questão que parece simples, com algumas cascas de bananas soltas entre as alternativas, mas nada que impossibilite nosso intelecto de identificar com uma leitura atenta e precisa.

Não é muito do feitio de provas de Delegado de Polícia a cobrança de algumas temas concernentes à PCMG, dessa forma, a leitura da lei seca é mais que imprescindível para um bom resultado.

Vamos aos comentários?

Bons estudos e até a próxima.

## SUMÁRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO .....	5
DIREITO CIVIL .....	17
DIREITO CONSTITUCIONAL .....	26
DIREITO PENAL .....	34
DIREITO PROCESSUAL PENAL .....	45
DIREITOS HUMANOS .....	54
MEDICINA LEGAL .....	58
CRIMINOLOGIA .....	65

**DIREITO ADMINISTRATIVO****QUESTÃO 01**

Maria, Servidora Pública Municipal, em janeiro de 2017 foi nomeada para ocupar um cargo em comissão junto à Secretaria Municipal de Turismo. Em julho de 2019, ao retornar das férias, ela tomou conhecimento de que havia sido exonerada e, após consulta ao referido ato veiculado no Diário Oficial do Município, para sua maior surpresa, constava que sua exoneração ocorrera “a pedido”.

Com base na “Teoria dos Motivos Determinantes”, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Havendo comprovação de que o motivo expresso não guarda compatibilidade com a realidade fática, o ato pode ser anulado pelo Poder Judiciário.
- (B) O administrador não se vincula ao motivo exposto no ato administrativo sem que a lei assim o exigisse.
- (C) O ato é válido, eis que a exoneração de servidores para cargos públicos em comissão leva em conta os critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
- (D) O vício no motivo constitui óbice ao controle judicial sobre o ato administrativo.

5

---

**GABARITO: A****COMENTÁRIOS**

**(A) CORRETA.** Considerando que a Administração afirmou que a exoneração teria se dado "a pedido", é de se concluir que o motivo do ato consistiria em tal solicitação formal feita pela própria servidora. Ocorre que, uma vez sendo demonstrado que, em rigor, este pedido jamais existiu, pode-se concluir que o ato seria nulo, por vício no elemento motivo, o que tem fundamento na teoria dos motivos determinantes. Com efeito, de acordo com esta teoria, a própria validade do ato passa a se vincular aos motivos invocados pela Administração. Assim, ao se demonstrar que, na realidade, o motivo inexistiu, o ato é nulo.

**(B) INCORRETA.** O teor desta assertiva é a antítese do que foi exposto no item anterior. Existe, sim, a vinculação aos motivos alegados pela Administração, do que resulta o óbvio desacerto deste item.

**(C) INCORRETA.** Conforme sustentado anteriormente, o ato seria nulo, por vício no elemento motivo, em razão da teoria dos motivos determinantes, considerando que o motivo invocado pela Administração seria inverídico.

**(D) INCORRETA.** Não há qualquer óbice ao controle judicial dos atos administrativos, desde que exista vício, vale dizer, desde que o controle seja de legalidade do ato. O que é vedado ao Judiciário é se imiscuir no mérito administrativo para substituir critérios de conveniência e oportunidade, mercê de violar a separação de poderes (CRFB, art. 2º), o que não é o caso.

---

**QUESTÃO 02**

A Constituição Federal prevê algumas exceções ao princípio do concurso público, entre as quais se destaca a nomeação para os cargos em comissão referidos no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

Considerando a situação hipotética de um determinado Prefeito Municipal ter nomeado a sobrinha da sua esposa, médica especialista em saúde da família, para o cargo de Secretária Municipal de Saúde, à vista da interpretação majoritária do STF sobre o enunciado de Súmula Vinculante nº 13, é **CORRETO** afirmar:

- (A) O ato configura prática de nepotismo.
- (B) O ato é válido, porque o nepotismo se configura quando entre a pessoa nomeada e a autoridade pública nomeante existe vínculo de parentesco até o segundo grau.
- (C) O ato não configura nepotismo, ante a inexistência de vínculo de parentesco por consanguinidade.
- (D) Por se tratar de cargo de natureza política e de profissional qualificado para o desempenho da função, a nomeação, em tese, é válida.

---

**GABARITO: D****COMENTÁRIOS**

**(A) INCORRETA.** Não se caracteriza nepotismo, tendo em vista que a nomeação foi efetivada para cargo de cunho político, seja porque a nomeada, em princípio, ostenta capacidade técnica para seu desempenho, dada sua formação profissional. Cumpre destacar que, de acordo com o STF, a Súmula Vinculante 13 não tem aplicabilidade automática relativamente a cargos políticos, de modo que a simples relação de parentesco, por si só, não é bastante para tornar inválida a nomeação.

**(B) INCORRETA.** Continuando com a interpretação da Súmula Vinculante 13, grau de parentesco ali estabelecido, de modo objetivo, para fins de delimitação da ocorrência de nepotismo, não é o segundo, mas sim o terceiro grau, veja-se: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

**(C) INCORRETA.** O parentesco, para fins de aferição do nepotismo, pode derivar de linha reta, colateral ou por afinidade, razão pela qual está errado pretender afastar a ocorrência do nepotismo baseado no argumento de que não haveria parentesco por consanguinidade.

**(D) CORRETA.** Súmula Vinculante 13. A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. O STF possui entendimento de que a nomeação de um parente para cargo político não viola a súmula, ressalvando-se aqueles casos de inequívoca falta de razoabilidade, por manifesta ausência de qualificação técnica ou inidoneidade moral (STF, Rcl 34.413 AgR DJE 220 de 10/10/2019 e Rcl 28.024 AgR, DJE 125 de 25/06/2018).

---

### QUESTÃO 03

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, “O interesse público, o interesse do todo, do conjunto social, nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto partícipe da Sociedade [...]”.

A partir dessa afirmativa, marque a opção **CORRETA**:

- (A) O interesse público não é uma faceta dos interesses coletivos, mas apenas o interesse de um todo abstrato.
- (B) O interesse público se constitui no interesse do todo, do próprio conjunto social, mas não se confunde com a somatória dos interesses individuais, peculiares de cada qual.
- (C) Pode haver um interesse público discordante do interesse de cada um dos membros da Sociedade.
- (D) Todo e qualquer interesse do Estado corresponde a um interesse público.

---

**GABARITO: B**

### COMENTÁRIOS

**(A) INCORRETA.** O interesse público é uma faceta dos interesses individuais, sua faceta coletiva, e, pois, que é, também, indiscutivelmente, um interesse dos vários membros do corpo social - e não apenas o interesse de um todo abstrato, concebido desligadamente dos interesses de cada qual.

**(B) CORRETA.** Existe, de um lado, o interesse individual, particular, atinente às conveniências de cada um no que concerne aos assuntos de sua vida particular - interesse, este, que é o da pessoa ou grupo de pessoas singularmente consideradas-, e que, de par com isto, existe também o interesse igualmente pessoal destas mesmas pessoas ou grupos, mas que comparecem enquanto partícipes de uma coletividade maior na qual estão inseridos, tal como nela estiveram os que os precederam e nela estarão os que virão a sucedê-los nas gerações

futuras. Pois bem, é este último interesse o que nomeamos de interesse do todo ou interesse público. Não é, portanto, de forma alguma, um interesse constituído autonomamente, dissociado do interesse das partes e, pois, passível de ser tomado como categoria jurídica que possa ser erigida irrelatamente aos interesses individuais, pois, em fim de contas, ele nada mais é que uma faceta dos interesses dos indivíduos: aquela que se manifesta enquanto estes - inevitavelmente membros de um corpo social - comparecem em tal qualidade. Então, dito interesse, o público - e esta já é uma primeira conclusão -, só se justifica na medida em que se constitui em veículo de realização dos interesses das partes que o integram no presente e das que o integrarão no futuro. Logo, é destes que, em última instância, promanam os interesses chamados públicos. Donde o interesse público deve ser conceituado como o interesse resultante do conjunto dos interesses que os indivíduos pessoalmente têm quando considerados em sua qualidade de membros da Sociedade e pelo simples fato de o serem. (...) (Curso de direito administrativo. Celso Antônio Bandeira de Mello. Imprensa: São Paulo, Malheiros, 2015. fls. 61/62).

**(C) INCORRETA.** Não pode haver interesse público que seja discordante com do interesse de cada um dos membros da sociedade. Seria inconcebível um interesse do todo que fosse, ao mesmo tempo, contrário ao interesse de cada uma das partes que o compõem. Deveras, corresponderia ao mais cabal contrassenso que o bom para todos fosse o mal de cada um, isto é, que o interesse de todos fosse um anti-interesse de cada um". (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 19ª edição. Editora Malheiros. São Paulo, 2005, pag. 59).

**(D) INCORRETA.** Não é todo e qualquer interesse do Estado que corresponde a um interesse público, somente o interesse público primário. Dessa forma, temos como Interesse público primário o interesse da coletividade e como interesse público secundário o interesse do Estado, enquanto sujeito de direitos.

8

---

#### QUESTÃO 04

O controle da administração, quanto à natureza do controlador, classifica-se em legislativo, judicial ou administrativo.

No que se refere ao controle judicial sobre os atos administrativos, é **INCORRETO** afirmar:

(A) Compete ao Poder Judiciário, no desempenho de sua atividade típica jurisdicional, revogar um ato administrativo ilegal, editado pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e, ainda, no exercício de suas funções administrativas, anular os seus próprios atos administrativos.

(B) O controle judicial alcançará todos os aspectos de legalidade do ato administrativo vinculado, sendo, no entanto, vedado ao judiciário adentrar aos critérios de conveniência e oportunidade que deram ensejo à conduta do administrador.

(C) Os atos administrativos vinculados se submetem ao controle judicial em relação a todos os seus elementos.

(D) Segundo orientação doutrinária e jurisprudencial mais moderna, tem-se admitido que o Poder Judiciário promova o controle do ato administrativo que, embora com aparência de legalidade, se mostre na contramão dos princípios jurídicos, notadamente os da razoabilidade e proporcionalidade.

---

**GABARITO: A**

### COMENTÁRIOS

**(A) INCORRETA.** Na verdade, não é dado ao Poder Judiciário, no exercício de sua função típica, sob pena de violação à separação de poderes (CRFB, art. 2º), a revogação de atos administrativos, uma vez que isto implica controle de mérito, baseado em conveniência e oportunidade. Em rigor, o Judiciário, em sua atividade jurisdicional, somente pode efetivar controle de legitimidade dos atos da Administração, do que apenas pode resultar a anulação de tais, nunca sua revogação. Ademais, no caso de constatação de alguma ilegalidade/vício o correto seria a ANULAÇÃO do ato em espécie.

**(B) CORRETA.** De fato, o controle a ser realizado é de legitimidade, o que significa dizer que é viável a análise do ato à luz do ordenamento jurídico como um todo (Constituição, leis em geral, princípios, atos normativos infralegais e etc.). Contudo, é vedado se imiscuir no mérito administrativo, em ordem a substituir critérios legítimos de conveniência e oportunidade da autoridade administrativa competente.

**(C) CORRETA.** Atos vinculados são aqueles nos quais a lei estabelece, de modo objetivo, fechado, todos os seus elementos, sem margem para juízos de conveniência e oportunidade. Em tais atos, de fato, o Judiciário pode exercer crivo sobre todos os requisitos do ato, uma vez que, ao assim proceder, o controle será estritamente de legitimidade.

**(D) CORRETA.** Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, quando violados, ocasionam a invalidade do ato. Desta forma, se o Judiciário concluir que tais postulados não foram observados, será legítimo proceder à anulação do ato, sem que daí se possa invocar suposta invasão da competência administrativa. O controle, neste caso, será de legitimidade do ato, o que, como visto acima, é lícito ao Judiciário realizar.

9

---

### QUESTÃO 05

As sociedades de economia mista e as empresas públicas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública Indireta, se assemelham em vários aspectos, ao ponto de serem abordadas em conjunto por grande parte dos doutrinadores, e, inclusive, intituladas por alguns deles como “empresas estatais”.

Com base nessa informação, marque com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações:

( ) As sociedades de economia mista e as empresas públicas são criadas com o objetivo de permitir ao Estado a exploração de atividades econômicas, em sentido estrito, admitindo-se, contudo, que tenham por objeto a prestação de serviços públicos.

( ) Os bens pertencentes às sociedades de economia mista e às empresas públicas são suscetíveis de penhora em sede de ação de execução municiada com título judicial ou extrajudicial.

( ) As empresas públicas e as sociedades de economia mista sempre têm personalidade jurídica de direito privado, qualquer que seja o seu objeto, mas à vista da natureza híbrida, estão sujeitas às normas de direito privado e também de direito público.

( ) Pelo princípio da simetria, a criação e a extinção das sociedades de economia mista e das empresas públicas dependem de lei específica que autorize.

A sequência **CORRETA** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

(A) F, V, F, V.

(B) V, F, V, F.

(C) V, V, F, V.

(D) V, V, V, F.

---

**GABARITO: D**

### COMENTÁRIOS

**(A) INCORRETA.**

**(B) INCORRETA.**

**(C) INCORRETA.**

**(D) CORRETA.**

**(V)** As sociedades de economia mista e as empresas públicas são criadas com o objetivo de permitir ao Estado a exploração de atividades econômicas, em sentido estrito, admitindo-se, contudo, que tenham por objeto a prestação de serviços públicos. Realmente, tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista possuem duplo objeto, vale dizer, podem ser instituídas para a exploração de atividades econômicas, agindo em regime de competição com a iniciativa privada (ex.: Caixa Econômica Federal - CEF), como também podem vir a ser criadas com vistas à prestação de serviços públicos (ex.: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT).

**(V)** Os bens pertencentes às sociedades de economia mista e às empresas públicas são suscetíveis de penhora em sede de ação de execução municiada com título judicial ou extrajudicial. As empresas estatais são pessoas jurídicas de direito privado. Em assim sendo, os bens integrantes de seu patrimônio devem ser tidos como bens privados, o que tem esteio na regra do art. 98 do Código Civil. Estabelecida a premissa de que os bens são privados, a eles não se aplica, em regra, o regime jurídico dos bens públicos, no que se insere a impenhorabilidade. Desta maneira, está correto dizer que, via de regra, os bens pertencentes às empresas públicas e às sociedades de economia mista são passíveis de penhora. Ressalve-se, todavia, aqueles que estejam efetivamente afetados à prestação de serviços públicos, em relação aos quais, de modo excepcional, estende-se a impenhorabilidade própria dos bens públicos, em homenagem ao princípio da continuidade dos serviços públicos.

(V) As empresas públicas e as sociedades de economia mista sempre têm personalidade jurídica de direito privado, qualquer que seja o seu objeto, mas à vista da natureza híbrida, estão sujeitas às normas de direito privado e de direito público. De fato, já havia sido pontuado anteriormente que as empresas estatais têm personalidade privada, consoante previsto nos arts. 3º, caput, e 4º, caput, da Lei 13.303/2016 (Estatuto das Estatais). Sem embargo, é verdadeiro sustentar que referidas entidades sujeitam-se a um regime híbrido, vale dizer, que admite o influxo de normas de direito público ou de direito privado. A preponderância de umas ou de outras dependerá do objeto de cada entidade. Com efeito, no caso de empresas estatais prestadoras de serviços públicos, preponderarão regras próprios do direito público. Diversamente, se a hipótese for de empresa pública ou de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica, a preponderância será de normas de direito privado.

(F) Pelo princípio da simetria, a criação e a extinção das sociedades de economia mista e das empresas públicas dependem de lei específica que autorize. O STF expressou entendimento no sentido de que basta autorização legal genérica para a extinção de empresas estatais, o que difere da técnica de criação, que demanda lei específica. Neste sentido, "(...)2. Para a desestatização de empresa estatal é suficiente a autorização prevista em lei que veicule programa de desestatização. Precedentes. 4. Autorização legislativa genérica é pautada em princípios e objetivos que devem ser observados nas diversas fases deliberativas do processo de desestatização. A atuação do Chefe do Poder Executivo vincula-se aos limites e condicionantes legais previstos." (ADI 6241, rel. Ministra CARMEN LÚCIA, Plenário, Sessão Virtual de 18.12.2020 a 5.2.202). Considerando, portanto, este entendimento adotado pelo STF, não é correto afirmar a incidência do princípio da simetria das formas, visto que para a criação exige-se lei específica, o que não ocorre para a extinção de tais entidades, que pode ocorrer mediante autorização em lei genérica.

---

## QUESTÃO 06

Após exercer o cargo de escrivão da PCMG por 10 anos ininterruptos, em 2019, Paulo foi aprovado no concurso público para o cargo de delegado de polícia substituto do Estado de Minas Gerais.

Considerando que Paulo foi nomeado e entrou em exercício no cargo de delegado, assinale afirmativa **INCORRETA**:

(A) Ao final do estágio probatório, caso não comprovada a aptidão para o exercício das funções de Delegado de Polícia Substituto, Paulo será exonerado do cargo e reintegrado ao cargo de escrivão de polícia.

(B) Conforme previsão expressa da LC 129/2013, caso reconhecida a aptidão para o cargo, após a publicação da declaração de estabilidade, Paulo será promovido de Delegado de Polícia Substituto para Delegado de Polícia Titular "A".

(C) Paulo continuará ostentando a condição de servidor efetivo, mas a estabilidade ocorrerá após três anos de exercício no novo cargo, condicionada à comprovação da capacidade para cargo, a ser aferida ao final do estágio probatório, em avaliação especial de desempenho.

(D) Paulo terá que se submeter ao estágio probatório, por ter se habilitado em cargo de natureza e carreira diversas àquele anteriormente exercido.

---

**GABARITO: A**

**COMENTÁRIOS**

**(A) INCORRETA.** No caso em tela, o servidor será reconduzido ao cargo de escrivão e não exonerado e reintegrado. Dessa forma, a recondução é o retorno de servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, e esse retorno pode ocorrer por inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo, hipótese firmada no art. 28, da Lei 8,112/90.

**(B) CORRETA.** Estamos diante da literalidade do Art. 95. O Delegado de Polícia será promovido de Delegado de Polícia Substituto para Delegado de Polícia Titular "A" após a publicação da declaração de estabilidade.

**(C) CORRETA.**

**(D) CORRETA.**

---

**QUESTÃO 07**

Sabendo-se que o nosso ordenamento jurídico admite a possibilidade de o servidor público ser responsabilizado cumulativamente nas esferas administrativa, civil e criminal, pela prática de um mesmo ato lesivo, analise as afirmativas a seguir e marque a **INCORRETA:**

(A) A administração pública pode aplicar ao servidor a pena de demissão em processo disciplinar ainda no curso da ação penal a que responde pelo mesmo fato.

(B) A decisão penal condenatória só causa reflexo na esfera civil da Administração se o fato ilícito penal for caracterizado também como ilícito civil, ocasionando prejuízo patrimonial aos cofres públicos.

(C) Em caso de dano causado à Administração Pública ou a terceiro, o dever indenizatório atribuído ao servidor público, estabelecido por meio de processo administrativo regular, pode ser satisfeito mediante desconto direto sobre os seus vencimentos, independentemente da sua anuência.

(D) Se a infração disciplinar também for capitulada como crime, o prazo prescricional será o previsto na lei penal.

---

**GABARITO: C**

**COMENTÁRIOS**

**(A) CORRETA.** Considerando o princípio da independência das instâncias penal, cível e administrativa, está correto aduzir que a penalidade de demissão pode ser aplicada no bojo de processo administrativo disciplinar, mesmo que a correlata ação penal ainda esteja em trâmite. Não há necessidade, portanto, de se aguardar o desfecho do "processo-crime", em ordem a que, somente depois, se houver condenação, prossiga-se com o respectiva PAD.

**(B) CORRETA.** De fato, é pressuposto para que haja a responsabilização de natureza cível que o fato ocasione danos. Afinal, sem danos, inexistente o que ser indenizado. Desta maneira, acaso a decisão penal condenatória tiver por base um crime que não tenha qualquer repercussão de ordem patrimonial, não haverá efeitos a serem gerados na esfera cível.

**(C) INCORRETA.** O equívoco deste item repousa em afirmar a desnecessidade de anuência do servidor para que a Administração possa proceder ao desconto direto em seus vencimentos, em ordem à reparação de danos apurados em sede de processo administrativo. Esta assertiva afronta a jurisprudência sedimentada pelo STF, de que constitui exemplo o seguinte julgado: "Mandado de Segurança. 2. Desaparecimento de talonários de tíquetes-alimentação. Condenação do impetrante, em processo administrativo disciplinar, de ressarcimento ao erário do valor do prejuízo apurado. 3. Decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados de desconto mensais, em folha de pagamento, sem a autorização do servidor. 4. Responsabilidade civil de servidor. Hipótese em que não se aplica a autoexecutoriedade do procedimento administrativo. 5. A Administração acha-se restrita às sanções de natureza administrativa, não podendo alcançar, compulsoriamente, as consequências civis e penais. 6. À falta de prévia aquiescência do servidor, cabe à Administração propor ação de indenização para a confirmação, ou não, do ressarcimento apurado na esfera administrativa. 7. O Art. 46 da Lei no 8.112, de 1990, dispõe que o desconto em folha de pagamento é a forma como poderá ocorrer o pagamento pelo servidor, após sua concordância com a conclusão administrativa ou a condenação judicial transitada em julgado. 8. Mandado de Segurança deferido." (MS 24.182, rel. Ministro MAURÍCIO CORRÊA, Plenário, 12.02.2004).

**(D) CORRETA.** De acordo com o art. 142, §2º, da Lei 8.112/90: "Art. 142 (...) § 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime."

13

---

#### QUESTÃO 08

De acordo com a Lei 9.784/99, destinada a regular o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- (B) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegante.
- (C) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- (D) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

---

**GABARITO: NULA**

#### COMENTÁRIOS

A questão pede que seja assinalada a alternativa incorreta, considerando, de acordo com o gabarito, a alternativa **A** como **INCORRETA**, pois afirma que "a edição de atos de caráter

normativo pode ser objeto de delegação”. De fato, tal assertiva está incorreta, em desconformidade com o art. 13 da Lei 9784/99.

No entanto, a alternativa **B** também está **INCORRETA**. De acordo com a alternativa da questão, “as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo DELEGANTE”.

Tal afirmativa está incorreta, por estar claramente contrária ao art. 14, §3º, da lei 9784/99, que afirma que consideram-se que os atos são praticados pelo DELEGADO.

Assim, por terem duas alternativas incorretas, a questão foi anulada.

### QUESTÃO 09

O provimento originário de um cargo público efetivo ou vitalício se materializa pelo ato de nomeação do candidato aprovado em concurso público de provas ou de títulos, nos moldes previstos no artigo 37, II, da CR/88.

No que se refere ao provimento derivado, relacione cada espécie com o respectivo conceito e, em seguida, assinale a alternativa que informa a sequência **CORRETA**.

(1) Promoção na carreira

(2) Recondução

(3) Readaptação

(4) Reversão

(5) Aproveitamento

( ) Forma de provimento pela qual o servidor sai do seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada, dentro da mesma carreira.

( ) Forma de provimento pela qual o servidor estável retorna ao cargo anteriormente ocupado.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

(A) 1, 2, 4, 5, 3

(B) 1, 2, 3, 5, 4

(C) 2, 1, 4, 3, 5

(D) 2, 1, 3, 4, 5

( ) Forma de provimento mediante a qual o servidor estável passa a ocupar um cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

( ) Forma de provimento pela qual o servidor que havia sido colocado em disponibilidade retorna a um cargo de atribuições e vencimentos compatíveis ao anteriormente ocupado.

( ) Forma de provimento pela qual o servidor aposentado retorna à atividade.

GABARITO: B

## COMENTÁRIOS

Correlacionemos as colunas, em ordem à posterior identificação da sequência correta

*( 1 ) Forma de provimento pela qual o servidor sai do seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada, dentro da mesma carreira.*

O conceito aqui esposado em tudo se afina com a denominada **promoção**. De fato, neste caso, o servidor é alçado a um cargo de maior estatura dentro de sua própria carreira, geralmente o que está atrelado ao aumento remuneratório e, também, das responsabilidades assumidas.

*( 2 ) Forma de provimento pela qual o servidor estável retorna ao cargo anteriormente ocupado.*

Trata-se aqui de chamada **recondução**, como se pode extrair de seu conceito legal, contido no art. 29, caput, da Lei 8.112/90:

"Art. 29. **Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:**"

*( 3 ) Forma de provimento mediante a qual o servidor estável passa a ocupar um cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.*

A definição oferecida pela Banca, no presente item, é pertinente à forma de provimento derivado denominada como **readaptação**, como se pode visualizar a partir da leitura do art. 24, caput, da Lei 8.112/90, *litteris*:

"Art. 24. **Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental** verificada em inspeção médica."

*( 5 ) Forma de provimento pela qual o servidor que havia sido colocado em disponibilidade retorna a um cargo de atribuições e vencimentos compatíveis ao anteriormente ocupado.*

No caso ora analisado, a hipótese é do chamado **aproveitamento**, consoante se pode vislumbrar por meio do exame do art. 30, caput, da Lei 8.112/90:

"Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado."

*( 4 ) Forma de provimento pela qual o servidor aposentado retorna à atividade.*

Por último, estamos aqui diante da chamada **reversão**, que deriva, realmente, do retorno à

ativa do servidor que se encontrava aposentado. Neste sentido, o teor do art. 25, caput, da Lei 8.112/90:

"Art. 25. **Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:**"

Com isso, chegamos à seguinte sequência correta: 1 - 2 - 3 - 5 - 4.

---

### QUESTÃO 10

De acordo com a Lei 5.301/69 (Lei Orgânica da PCMG – parcialmente revogada), é **CORRETO** afirmar que não constitui causa para aplicação da pena de demissão a bem do serviço público:

- (A) Abandono do cargo.
- (B) Contumácia na prática de transgressões disciplinares.
- (C) Exercício de advocacia administrativa.
- (D) Prática de insubordinação grave.

---

**GABARITO: A**

### COMENTÁRIOS

16

**(A) CORRETA.** Literalidade do art. 159, da Lei 5.301/69: Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao servidor policial que: (...) IV - praticar insubordinação grave; X - exercer advocacia administrativa; XI - for contumaz na prática de transgressões disciplinares; (...).

**(B) INCORRETA.**

**(C) INCORRETA.**

**(D) INCORRETA.**

---

### QUESTÃO 11

O Município X desapropriou um imóvel urbano com 1.500 m<sup>2</sup> de área para edificar uma escola. A desapropriação foi amigável e houve afetação integral do bem. A acessão ocupou apenas 1.200 m<sup>2</sup>.

Em relação à área restante, 300 m<sup>2</sup>, e que não foi desafetada, pode-se afirmar que é bem

- (A) dominical.
- (B) particular.
- (C) público de uso comum do povo.
- (D) público de uso especial.

---

**GABARITO: D**

**COMENTÁRIOS**

**(A) INCORRETA.**

**(B) INCORRETA.**

**(C) INCORRETA.**

**(D) CORRETA.** A questão demanda conhecimentos pertinentes à classificação dos bens públicos quanto à sua destinação. É impositivo concluir que o caso seria de bem de uso especial, porquanto vinculado à prestação de um dado serviço público específico. Neste sentido, o art. 99, II, do Código Civil: "Art. 99. São bens públicos: II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;"

---

**DIREITO CIVIL**

**QUESTÃO 12**

17

A. é casado com S. pelo regime da comunhão universal de bens. A. tornou-se amante de M. e deseja doar para ela um apartamento de propriedade dele, no valor de R\$1.000.000,00. Combinou com seu amigo F. a outorga de escritura de compra e venda, porque assim S. concordaria com a alienação. F. nada pagaria e assumiu a obrigação de transferir em doação o imóvel para M. As duas escrituras públicas foram lavradas na mesma data, porém, em tabelionatos de notas diferentes.

Os dois negócios jurídicos noticiados são

(A) anuláveis por fraude contra credores.

(B) nulos por simulação.

(C) nulos por vício de forma.

(D) válidos porque aplicável o princípio da conversão substancial.

---

**GABARITO: B**

**COMENTÁRIOS**

O negócio jurídico é Nulo, quando celebrado por absolutamente incapaz, for ilícito, impossível e indeterminável seu objeto e quando ocorre simulação.

Nos termos dos artigos 166, IV e 167, "caput", ambos do CC

Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:  
IV - não revestir a forma prescrita em lei;

Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

---

### QUESTÃO 13

J. encontrou um lote vago e, embora soubesse que o bem era de propriedade de L., tomou posse e construiu um barracão para moradia dele e de sua família. Proposta a ação de reintegração de posse três anos após a invasão, J. apresentou defesa e alegou que sua posse é justa com base no princípio constitucional da função social da propriedade, porque o proprietário havia adquirido o mesmo há trinta anos e não o utilizava.

A tese de J.

- (A) não pode ser acolhida, porque ainda não há prazo para usucapião.
- (B) não pode ser acolhida, porque faltou prova de lesão ao princípio constitucional invocado.
- (C) não pode ser acolhida, porque, no Brasil, a propriedade é absoluta.
- (D) pode ser acolhida, porque, no Brasil, a propriedade não é absoluta.

18

---

**GABARITO: D**

### COMENTÁRIOS

**(A) INCORRETA.** Não houve o cumprimento de qualquer requisito temporal (art. 1238 e ss., CC).

Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

Art. 1.239. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Art. 1.240. Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º O direito previsto no parágrafo antecedente não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Art. 1.240-A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O direito previsto no caput não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

19

**(B) INCORRETA.** A CF garante o direito à propriedade, mas traz consigo à exigência do cumprimento da função social (art. 5º):

Art. 5º, CF

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;"

**(C) INCORRETA.** Conforme comentário da alternativa B.

**(D) CORRETA.** Com base no princípio constitucional da função social da propriedade a questão declarou que sua posse é justa.

A questão indaga acerca da tese de ser a posse justa ou não.

---

#### QUESTÃO 14

A. e B. são irmãos. A. necessita, com urgência e segundo atestado médico, de transplante de um rim e B. tem compatibilidade para ser doador. A doação, entretanto, importa em diminuição permanente da integridade física.

A doação:

- (A) não pode ser feita, porque atenta contra os bons costumes.
- (B) não pode ser feita. por causa da diminuição permanente da integridade física.
- (C) pode ser feita diante da exigência médica atestando a urgência.
- (D) pode ser feita mediante pagamento de indenização ao doador.

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

Conforme o art. 13 do Código Civil que "Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

Parágrafo único. O ato previsto neste artigo será admitido para fins de **transplante**, na forma estabelecida em lei especial".

LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.

Art. 1º A disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, em vida ou post mortem, para fins de transplante e tratamento, é permitida na forma desta Lei.

Art. 9 É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consangüíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4 deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea.

§ 3º Só é permitida a doação referida neste artigo quando se tratar de órgãos duplos, de partes de órgãos, tecidos ou partes do corpo cuja retirada não impeça o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade e não represente grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental e não cause mutilação ou deformação inaceitável, e corresponda a uma necessidade terapêutica comprovadamente indispensável à pessoa receptora.

---

### QUESTÃO 15

A., inscrito no CPF sob nº 00.000.000-00, sócio gerente de AB Ltda., alienou para CD S/A um imóvel da sociedade empresária sem anuências dos demais sócios L. e J. Estes dois sócios entendem que a alienação é inválida, porque A., na data em que foi feita a alienação, era portador de gravíssima doença mental.

Quanto à invalidez e tendo em conta o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a alienação é

- (A) apenas anulável, porque não existe mais nulidade por incapacidade civil absoluta do agente em decorrência de doença mental.
- (B) inválida, por decisão dos sócios L e J.
- (C) nula, por incapacidade absoluta do agente.
- (D) válida, por falta de prova da incapacidade absoluta do agente.

---

**GABARITO: A**

### COMENTÁRIOS

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15) teve uma ressignificação da teoria das incapacidades. Pessoa com deficiência não é mais considerada como um incapaz.

A pessoa com deficiência é reputada plenamente capaz, pois, segundo a Convenção de Nova Iorque, há autonomia e igualdade. Só por ter deficiência, a pessoa não pode ser inferior. A lei deve promover a superação dessas barreiras impostas.

Com a nova lei só podem ser considerados absolutamente incapazes os menores de 16 anos, ou seja, o critério passou a ser apenas etário, tendo sido extintas as hipóteses de deficiência mental ou intelectual anteriormente previstas no Código Civil.

Art. 84, Lei 13.146/15: "A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas".

21

---

### QUESTÃO 16

A., domiciliado em Santa Cruz do Escalvado – MG, foi passear no Vietnã, onde sofreu mal súbito e faleceu. Deixou os herdeiros F., G. e R., bem como vasto patrimônio. O herdeiro G. verificou que a lei vietnamita sobre direito sucessório é mais favorável a ele. Invocou, no inventário judicial, a lei vietnamita para herdar o dobro do que teria direito pelo direito sucessório brasileiro.

A alegação NÃO pode ser acolhida porque:

- (A) a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dispõe de forma contrária.
- (B) atenta contra a soberania brasileira.
- (C) lesa o fisco brasileiro.
- (D) lesa os demais herdeiros.

GABARITO: A

### COMENTÁRIOS

Conforme o Art. 10 da LINDB: A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que **domiciliado** o falecido ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

---

#### QUESTÃO 17

A sociedade empresária AB Ltda. vendeu bem móvel não durável para F. mediante contrato escrito. Foi inserida cláusula ampliando para um ano o prazo para reclamar vício aparente, embora a previsão no Código de Defesa do Consumidor seja de noventa dias. Recebido o bem, o adquirente verificou, no mesmo dia do recebimento, que havia mesmo vício aparente e de fácil constatação. Aforou a ação somente oito meses depois do dia em que descobriu o vício.

Em relação à decadência, pode-se afirmar que o juiz:

- I. não pode examinar de ofício, porque é voluntária.
- II. pode examinar, caso a parte a quem aproveita tenha invocado.
- III. deve examinar de ofício pela presença de interesse público.
- IV. pode examinar de ofício, porque é legal.

São **CORRETAS** apenas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.

22

---

GABARITO: A

### COMENTÁRIOS

Conforme o Art. 211. do CC. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

(I) **CORRETO**. Conforme o art. 210 do CC/2002:

“Art. 210. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei”. Contudo, as normas e princípios do CDC são de ordem pública e interesse social, devendo ser aplicados

imperativamente, inclusive pelo juiz, por serem de conhecimento ex officio. (REsp 1419557/SP)

**(II) CORRETO.** Conforme o art. 211 do CC:

“Art. 211. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação”.

**(III) INCORRETO.** A decadência da garantia contratual é prevista contratualmente (norma dispositiva, autonomia da vontade), razão pela qual o magistrado não pode proceder ao reconhecimento de ofício.

**(IV) INCORRETO.** A decadência no caso hipotético é convencional. Decadência convencional: possui caráter de ordem privada, ocasionada da previsão das partes em negócios jurídicos, sendo renunciável e não podendo ser conhecida de ofício pelo juiz.

### QUESTÃO 18

Z. casado com Y, mulher, não pode gerar filhos em razão de azoospermia decorrente de cirurgia que removeu glândulas produtoras de esperma. Ele autorizou que Y fosse fertilizada, mediante inseminação artificial, com sêmen de H., amigo do casal. Ela ficou grávida e a criança N. nasceu viva. Foi registrada como filha do casal. Ocorreu grave desentendimento entre Z. e H. Agora, Z. pretende aforar ação negatória de paternidade sob o fundamento de não ser pai de N.

É **CORRETO** afirmar que a pretensão de Z.

- (A) não pode ser acolhida, porque o fundamento alegado contraria o princípio da paternidade responsável.
- (B) não pode ser acolhida, porque ele autorizou a inseminação artificial heteróloga.
- (C) pode ser acolhida, porque a inseminação artificial heteróloga é imoral.
- (D) pode ser acolhida, porque apenas a paternidade biológica é admitida no direito brasileiro.

**GABARITO: B**

### COMENTÁRIOS

Conforme art. 1.597, V c/c 1.596, ambos do CC:

Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:

- I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
- II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;
- III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;

IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;

V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

---

### QUESTÃO 19

R. conta com 70 anos de idade e não tem filhos ou qualquer tipo de rendimento. Encontra-se incapacitado para o trabalho em decorrência de graves sequelas geradas por acidente vascular cerebral. Os pais são falecidos e M., única irmã viva, com 67 anos de idade e aposentada, auferir rendimento mensal de dois salários-mínimos. R. pretende pedir alimentos devido à sua condição atual.

O direito aos alimentos:

I. é previsto no Estatuto do Idoso.

II. pode ser exigido de parentes colaterais de terceiro grau.

III. pode ser exercido somente contra descendentes em qualquer grau.

IV. pode ser exercido contra parentes colaterais de segundo grau.

São **CORRETAS** apenas as assertivas:

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) I e IV.

(D) II e III.

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

Conforme o Estatuto do Idoso

**(I) CORRETA.**

Art. 11 Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.

**(IV) CORRETA.**

Art. 1.697, CC: Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais." - Irmão: colateral de segundo grau.

---

### QUESTÃO 20

X. elaborou contrato escrito de locação de imóvel cujo proprietário é D., que sequer conhece X. D. foi indicado como sendo locador e sua assinatura foi grosseiramente falsificada por X.

Os fatos relatados revelam que o negócio jurídico:

- I. é inexistente.
- II. tem existência material.
- III. é ineficaz.
- IV. tem existência material e eficácia.

São **CORRETAS** apenas as assertivas:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

25

---

**GABARITO: A**

### COMENTÁRIOS

Trata-se na realidade da inexistência de dois requisitos mínimos do plano existencial de um negócio jurídico.

Conforme a teoria da Escada Ponteano:

Essa Teoria remete a uma escada, na qual cada degrau é um requisito a ser cumprido. Para formar um negócio jurídico, é necessário que o fato siga 3 princípios fundamentais: **existência, validade e eficácia**.

Para existência é necessário; Agente, Vontade, Objetivo, Forma

Art. 104 do Código Civil de 2002 e destaca elementos adjetivos que precisam existir para um negócio jurídico.

A Validade do fato jurídico deve ser: Capaz, Livre, Lícito, Possível, determinado ou determinável, Prescrito ou não defeso em lei.

Já a Eficácia por fim, cumpridos todos os elementos até aqui, chegamos ao momento em que os fatos jurídicos produzem efeitos reais.

---

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### QUESTÃO 21

Cláusulas pétreas são:

- (A) aquelas que não podem ser modificadas no texto constitucional.
- (B) consideradas limites materiais para emendas à Constituição, pois constituem conteúdo que não pode ser modificado no texto constitucional no sentido de o abolir (extinguir) ou tender a tanto.
- (C) dispositivos constitucionais que só podem ser alterados, por meio de emendas ao texto constitucional.
- (D) impedimentos à atuação do Poder Constituinte Originário.

---

**GABARITO: B**

### COMENTÁRIOS

26

De acordo com Pedro Lenza, as cláusulas pétreas são vedações material estabelecidas pelo poder constituinte originário, ou seja, consistem em um núcleo intangível. Estão previstas no art. 60, § 4º da CF/88:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I - a forma federativa de Estado;
- II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III - a separação dos Poderes;
- IV - os direitos e garantias individuais.

De fato, constituem limites materiais para emendas à Constituição, pois seu conteúdo que não pode ser modificado no texto constitucional no sentido de suprimir, abolir ou retirar do texto da Constituição, bem como restringir seu núcleo essencial.

---

### QUESTÃO 22

O delegado de polícia requisitou para o Juiz de Direito competente a violação do sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas de um sujeito que está sendo investigado criminalmente pela prática de determinado delito.

Nos termos da Constituição Federal, este pedido poderá ser deferido apenas para

- (A) a quebra do sigilo de comunicações telefônicas.
- (B) os casos de quebra de sigilo de correspondência, comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.
- (C) os casos de quebra de sigilo de dados, comunicações telefônicas e comunicações telegráficas.
- (D) os casos de quebra do sigilo de correspondência e comunicações telefônicas.

---

**GABARITO: B**

### COMENTÁRIOS

Exige-se conhecimento acerca dos regramentos constitucionais sobre a quebra do sigilo das comunicações.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Importante destacar as diferenças entre Interceptação telefônica, escuta telefônica e gravação clandestina

I. Interceptação telefônica: nenhum dos interlocutores sabem que a conversa está sendo gravada por um terceiro;

II. Escuta telefônica: um dos dois interlocutores sabe que eles estão sendo gravados por um terceiro;

III. Gravação telefônica: um dos interlocutores é quem grava a conversa.

Ressalte-se que tanto a interceptação telefônica como a escuta precisam, necessariamente, de autorização judicial para que sejam consideradas provas lícitas, enquanto a gravação telefônica pode ser feita sem a autorização do juiz.

Nesse sentido, diante do art. 5º, XII, da CF/88, acima exposto, a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas é excetuada em caso de ordem judicial, para fins de investigação criminal ou processual penal, na forma da lei.

Percebe-se, assim, que a interceptação telefônica só é permitida para fins de prova em investigação criminal ou instrução penal, dependendo de ordem judicial.

Portanto, fazendo uma leitura do texto literal da CF/88, entende-se que apenas o sigilo de comunicações telefônicas pode ser quebrado. Considerando, pois, que a questão restringe "Nos termos da Constituição Federal", entendo como resposta a alternativa A.

Todavia, a banca considerou o entendimento jurisprudencial no sentido de que pode haver a quebra também do sigilo de correspondência, comunicações telegráficas e de dados, indicando como **CORRETA** a alternativa **B**.

---

### QUESTÃO 23

O delegado local, durante investigação de crime de corrupção, peticionou ao juiz de direito da Comarca. Esse magistrado é titular há 5 anos na Vara Única local e, ao atender os pedidos de busca e apreensão do delegado, acabou desagradando os interesses de diversos empresários poderosos. Estes, por sua vez, ameaçaram que usariam de sua influência para promover a retirada forçada do juiz daquela Comarca.

Sobre a remoção involuntária desse magistrado da Comarca, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Apenas com decisão judicial transitada em julgado poderia ser efetivada;
- (B) Atualmente, só pode ocorrer por decisão do Conselho Nacional de Justiça;
- (C) Pode ocorrer, por motivo de interesse público, fundado em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo Tribunal de Justiça daquele Estado ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- (D) Tendo em vista a garantia constitucional da inamovibilidade, não poderá ocorrer em hipótese alguma, como forma de proteção à liberdade de decidir.

28

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

De acordo com o disposto na Constituição Federal:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

VIII - o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

Conforme art. 93, VIII, da CF/88, o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

**QUESTÃO 24**

O professor Kildare Gonçalves Carvalho, em clássica obra de Direito Constitucional, leciona: “Prevê, ainda, a Constituição a iniciativa reservada ou exclusiva, pela qual determinadas matérias somente poderão ser objeto de projeto de lei, se apresentado por um único proponente legislativo. A iniciativa reservada se revela assim pela matéria que determina o órgão competente para o depósito do projeto de lei” [...]

Observado o princípio da simetria constitucional, são de iniciativa privativa do Governador de Estado as leis que disponham sobre

- (A) criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de serviços na Assembleia Legislativa.
- (B) iniciativa de lei para fixação da remuneração dos servidores públicos do Legislativo Estadual, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) o regime jurídico dos Delegados Civis.
- (D) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União.

---

**GABARITO: C**

**COMENTÁRIOS**

29

A questão exige do candidato conhecimento acerca da competência privativa do Chefe do Poder executivo em seu exercício legiferante.

Para responder à questão era necessário conhecer a literalidade do artigo 61, §1º, II, da CRFB. Segundo tal norma, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

- I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
- II - disponham sobre:
  - a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
  - b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
  - c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
  - d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
  - e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; e

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Conforme exposto no art. 61, §1, II, "c", da CRFB, compete ao Presidente da República a edição de normas que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. Como a polícia civil é subordinada ao Poder Executivo, e em consonância com o princípio da simetria das formas, o Governador do Estado pode disciplinar sobre o regime jurídico dos Delegados Civis.

---

### QUESTÃO 25

No Estado de Minas Gerais, a defesa social, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, organiza-se de forma sistêmica visando a

(A) garantir a segurança pública, mediante a manutenção da ordem pública, com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade e, exclusivamente, os bens públicos.

(B) orientação jurídica, a representação judicial e a defesa gratuitas, em todos os graus, dos necessitados.

(C) promover a comunicação social, com a finalidade de prevenir a prática de atos de manifestação contra as diretrizes do Governo Estadual.

(D) prestar a defesa civil, por meio de atividades de socorro e assistência, em casos de calamidade pública, sinistros e outros flagelos.

30

---

**GABARITO: D**

### COMENTÁRIOS

A questão exige conhecimento acerca da Constituição Estadual de Minas Gerais e pede ao candidato que assinale o item correto, no tocante à defesa social. Vejamos:

Art. 133 – A defesa social, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, organiza-se de forma sistêmica visando a:

II – prestar a defesa civil, por meio de atividades de socorro e assistência, em casos de calamidade pública, sinistros e outros flagelos;

---

### QUESTÃO 26

**NÃO** se trata de uma Função Essencial à Justiça:

(A) a Advocacia, pública ou privada.

- (B) a Defensoria Pública.
- (C) a Polícia Civil.
- (D) o Ministério Público.

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

É necessário o conhecimento acerca das Funções Essenciais à Justiça.

Primordial saber que as Funções Essenciais à Justiça abrangem o Ministério Público (arts. 127 a 130-A); a Advocacia (arts. 131 e 133, que abarca a advocacia privada e a advocacia pública) e a Defensoria Pública (arts. 134 e 135). Cada uma delas possui um papel específico, com previsões constitucionais e infraconstitucionais.

Assim, verifica-se que a Polícia Civil não faz parte do rol de funções essenciais à Justiça.

---

### QUESTÃO 27

Em virtude do crime que cometeu onze meses atrás no Estado do XZ, “Beta” estava morando num quarto de hotel. A autoridade policial, avisada do local do seu esconderijo, invadiu o quarto e efetuou a prisão de “Beta” durante o dia, conforme prevê a Constituição Federal, porque

- (A) “Beta” encontrava-se em flagrante delito e, assim, a polícia podia ingressar no quarto, mesmo sem autorização judicial para efetuar a prisão.
- (B) a polícia tem poder suficiente para ingressar e efetuar a prisão no interior de quarto de hotel, por não se enquadrar no conceito constitucional de “casa”, portanto, inviolável.
- (C) dada a prática de crime, podia ingressar no local, mesmo sem autorização judicial para efetuar a prisão.
- (D) estava amparada por determinação judicial fundamentada, que permitia seu ingresso na casa para efetuar a prisão.

---

**GABARITO: D**

### COMENTÁRIOS

A questão versa especialmente sobre preceitos estabelecidos no artigo 5º, CF/88, o qual traz os direitos e deveres individuais e coletivos. Tal dispositivo protege, entre muitos outros, o direito à privacidade, sendo a inviolabilidade do domicílio uma de suas facetas. Assim, o artigo 5º, inciso XI, CF/88 estabelece que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante

delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. Vale mencionar que a proteção à inviolabilidade domiciliar deve ser analisada em uma perspectiva ampla, tanto é que, o próprio Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 603.616, com repercussão geral reconhecida, no mérito, ao ponderar pela necessidade de preservação da inviolabilidade domiciliar e sua proteção contra ingerências arbitrárias, e reputar arbitrária a entrada forçada, em domicílio, sem uma justificativa prévia, conforme o direito, fixou a tese de que "a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas 'a posteriori', que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados".

Em relação ao quarto de hotel, conforme julgamento do STF - RHC: 90376 RJ, Relator: CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 03/04/2007, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe- 18-05-2007, a Suprema Corte já pacificou entendimento no sentido de que o quarto de hotel também deve ser entendido como domicílio e está amparado pela garantia constitucional: "A proteção constitucional dispensada ao domicílio, cuja noção conceitual — que é ampla — entende-se, dentre outros espaços privados o aposento ocupado de habitação coletiva (como um simples quarto de hotel)".

Vale mencionar, ainda, decisão do STJ, em HC 691.963-RS, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 19/10/2021, DJe de 22/10/2021, a qual consignou que, embora o quarto de hotel regularmente ocupado seja, juridicamente, qualificado como "casa" para fins de tutela constitucional da inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI), a exigência, em termos de standard probatório, para que policiais ingressem em um quarto de hotel sem mandado judicial não pode ser igual às fundadas razões exigidas para o ingresso em uma residência propriamente dita, a não ser que se trate (o quarto de hotel) de um local de moradia permanente do suspeito. Isso porque é diferente invadir uma casa habitada permanentemente pelo suspeito e até por várias pessoas (crianças e idosos, inclusive) e um quarto de hotel que, como no caso, é aparentemente utilizado não como uma morada permanente, mas para outros fins, inclusive, ao que tudo indica, o comércio de drogas. Nesse sentido, ante todo o exposto a alternativa CORRETA é a alternativa D, como analisado artigo 5º, XI, CF/88 traz a hipótese da entrada, durante o dia, por determinação judicial.

32

---

## QUESTÃO 28

Lei do Município "Alpha" dispôs sobre o aumento da remuneração apenas dos Delegados do sexo masculino que atuam na Delegacia local. No que tange ao controle de constitucionalidade desta lei, no Supremo Tribunal Federal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Apenas por meio do Recurso Extraordinário, a constitucionalidade desta lei poderá ser alçada àquela jurisdição.
- (B) É cabível, neste caso, representação de inconstitucionalidade interventiva, proposta pelo Presidente da República, para promoção de intervenção federal naquele município.
- (C) É possível a análise originária de constitucionalidade desta lei, caso seja questionada e reconhecida pela Suprema Corte, a ofensa a preceito fundamental da Constituição federal.

(D) Somente por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica, poderá ser verificada a constitucionalidade desta lei.

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

Em face de lei municipal somente cabe ADPF.

ADC somente é cabível contra lei federal e ADI em face de lei federal e estadual.

Não é cabível a ADI, nem ADC, visto que não pode haver controle de constitucionalidade indireto CF -> MUNICÍPIO, pode ser cabível ADPF, que é um instrumento subsidiário desses outros.

---

### QUESTÃO 29

Centenas de delegados civis do Estado ZW reuniram-se na sede do Sindicato dos Delegados local, representante dos interesses dessa categoria. O sindicato está legalmente constituído e em funcionamento há três anos.

Depois de longo período sem reajustes na sua remuneração, em assembleia geral convocada especialmente para deliberar a respeito das medidas a serem adotadas pelos sindicalizados, decidiram adotar providências concernentes a manifestações de rua, em frente à Assembleia Legislativa, de maneira pacífica e organizada. Ao ser comunicado sobre as reuniões acima, o Governador de Estado respondeu ao Sindicato dos Delegados que as estava indeferindo, dando ordem expressa para que elas não fossem realizadas.

Dentre os remédios constitucionais abaixo, o adequado à iniciativa do Sindicato, para assegurar os direitos dos filiados, sem necessidade de dilação e instrução probatórias, é:

- (A) Ação Popular.
- (B) Mandado de Injunção coletivo.
- (C) Mandado de Segurança coletivo.
- (D) Mandado de Segurança individual.

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

Levando em consideração o caso exposto no enunciado, deve-se analisar o que diz o direito constitucional, é correto afirmar que, dentre os remédios constitucionais abaixo, o adequado à iniciativa do Sindicato, para assegurar os direitos dos filiados, sem necessidade de dilação e instrução probatórias, é: Mandado de Segurança coletivo.

Em primeiro lugar, cumpre destacar que as manifestações de rua, em frente à Assembleia Legislativa, de maneira pacífica e organizada, realizadas pelo sindicato, atendem os requisitos constitucionais. Conforme a CF/88, temos que:

Art. 5º, XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Como o governo do Estado indeferiu o direito de reunião, gera o direito líquido e certo, a ser preservado pelo mandado de segurança, o qual pode ser impetrado em sua modalidade coletiva, já que o legitimado é sindicato constituído por mais de um ano. Conforme a CF/88:

Art. 5º, LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

---

## DIREITO PENAL

### QUESTÃO 30

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) determina que casos de violência doméstica e intrafamiliar que sejam tipificados como crime, devem ser apurados através de inquérito policial e remetidos ao Ministério Público. Nesse sentido, diploma situações de violência doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena aplicável, dentre outras medidas de tutela das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes.

Sobre a Lei Maria da Penha, é **CORRETO** afirmar:

(A) É considerado constitucional o tratamento diferenciado entre os gêneros – mulher e homem –, no que diz respeito à necessária proteção ante as peculiaridades física e moral da mulher e a cultura brasileira.

(B) O conceito de “família”, tutelável pelo Direito constitucional brasileiro, adstringe-se à união entre homem e mulher, celebrada pelo casamento civil.

(C) Sob a perspectiva de uma interpretação conforme a Constituição, sem redução de texto, a Lei Maria da Penha pode ser considerada adequada ao modelo constitucional, se a proteção por ela trazida destinar-se, igualmente, aos homens do núcleo familiar.

(D) Trata-se de legislação inconstitucional, uma vez que trata com distinção as mulheres, colocando-as em situação privilegiada perante os homens;

---

**GABARITO: A**

### COMENTÁRIOS

A Presidência da República ingressou com uma ação declaratória de constitucionalidade (**ADC nº 19**) com o objetivo de declarar que o art. 1º da Lei seria constitucional.

O art. 1º da Lei estabelece: *Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar **contra a mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece **medidas de assistência e proteção às mulheres** em situação de violência doméstica e familiar.*

A ADC foi necessária porque havia alguns juízes estaduais que declaravam inconstitucional a Lei Maria da Penha porque elas faziam discriminação entre homem e mulher ao protegerem apenas as mulheres em detrimento dos homens. A ADC foi julgada procedente por unanimidade, ou seja, o STF **declarou constitucional** o art. 1º da Lei, afirmando que **não há violação ao princípio da igualdade**. Dessa feita, conclui-se que a Lei Maria da Penha somente protege a mulher. O homem até pode ser vítima de violência doméstica e familiar (ex: homem que apanha de sua esposa). No entanto, somente a mulher recebe uma proteção diferenciada. O homem recebe a proteção comum prevista no Código Penal.

A mulher, conforme o Relator, Min. Marco Aurélio, **é vulnerável** quando se trata de constrangimentos físicos, morais e psicológicos sofridos em âmbito privado. *“Não há dúvida sobre o histórico de discriminação por ela enfrentado na esfera afetiva. As agressões sofridas são significativamente maiores do que as que acontecem – se é que acontecem – contra homens em situação similar”.*

O Relator afirmou que a Lei Maria da Penha promove a **igualdade em seu sentido material, sem restringir de maneira desarrazoada o direito das pessoas pertencentes ao gênero masculino**. Assim, **trata-se de uma ação afirmativa (discriminação positiva)** em favor da mulher.

O Min. Ayres Britto disse que a Lei está em consonância plena com o que denominou de **“CONSTITUCIONALISMO FRATERNO”**, que seria a **filosofia de remoção de preconceitos contida na Constituição Federal de 1988**. O Min. Gilmar Mendes lembrou que não há inconstitucionalidade em legislação que dá proteção ao menor, ao adolescente, ao idoso e à mulher.

A igualdade formal (também chamada de igualdade perante a lei, civil ou jurídica) está prevista no art. 5º, *caput* da CF/88 e consagra que **todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza**. A igualdade material (igualdade perante os bens da vida, *substancial*, real ou fática) preconiza que as desigualdades fáticas existentes entre as pessoas devem ser reduzidas por meio da promoção de políticas públicas e privadas. A igualdade material também encontra previsão na CF/88 (art. 3º, III).

A igualdade material e a formal acabam sendo conflitantes entre si. Com efeito, a igualdade formal pressupõe um tratamento igual. **Quando se trata todos da mesma forma, está se promovendo a igualdade formal, mas relegando a igualdade material.** Quando se trata desigualmente os desiguais, promove-se a igualdade material em detrimento da igualdade formal. As ações afirmativas são medidas especiais que têm por objetivo assegurar progresso adequado de certos grupos raciais, sociais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem de proteção e que possam ser necessárias e úteis para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais (REsp 1264649/RS, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, julgado em 01/09/2011). Desse modo, ao contrário do que muitas pessoas pensam, as ações afirmativas não se restringem à proteção de negros, mas também de mulheres e outros grupos.

---

### QUESTÃO 31

Alfredo, no dia 01 de abril de 2020, quando andava pelas ruas da região central do pequeno município em que vivia, cruzou o caminho de Luana, que também era moradora daquele lugar. Luana, por simples picardia – até porque o fato de Alfredo ser pessoa com deficiência, paciente de saúde mental, era de todos conhecido, inclusive dela - passou a agredi-lo com tapas violentos e empurrões, momento em que Alfredo, revidando, bateu em Luana, até fazer com que ela cessasse seus atos. À vista da confusão que se formou, a polícia foi chamada ao local e conduziu Alfredo à delegacia local.

Diante da situação hipotética narrada e, assumindo que a condição de saúde mental de Alfredo era capaz de afastar totalmente sua capacidade de discernimento, é **CORRETO** afirmar que deve ser

- (A) aplicada a Alfredo medida de segurança detentiva, considerando sua condição de saúde mental e a sanção cabível para a conduta por ele praticada.
- (B) aplicada a Alfredo medida de segurança restritiva, em razão da condição de Alfredo e da sanção cabível para a conduta por ele praticada.
- (C) reconhecida a ausência de culpabilidade da conduta de Alfredo, em razão de sua condição de pessoa com deficiência, que lhe afasta a responsabilidade penal, sem aplicação de qualquer sanção jurídico-penal.
- (D) reconhecida a falta das condições para a imposição de qualquer resposta penal a Alfredo, inexistindo injusto penal em seu comportamento.

---

**GABARITO: D**

### COMENTÁRIOS

Alguns conceitos iniciais são importantes para iniciar o diálogo sobre esta questão. O conceito de crime para o direito penal brasileiro assume uma feição majoritariamente defendida pela doutrina.

De acordo com a teoria tripartite, adotada pela maioria da doutrina brasileira, o conceito analítico de crime/injusto penal consiste em fato típico, ilícito/antijurídico e culpável. Dentro do fato típico estão a conduta, o resultado, o nexos de causalidade e a tipicidade. Antijuridicidade, por sua vez, consiste em o fato não está amparado por nenhuma das causas excludentes de ilicitude (legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito). Já na culpabilidade estão presentes a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. Imputabilidade penal é a capacidade do indivíduo, ao tempo do crime entender o caráter ilícito de sua conduta e de determinar-se de acordo com esse entendimento. De modo inverso, a inimputabilidade penal é a incapacidade do indivíduo, ao tempo do crime (ação ou omissão), entender o caráter ilícito de sua conduta e de determinar-se de acordo com esse entendimento. O que afasta, para além da inimputabilidade, a responsabilidade penal de Alfredo é o fato dele está amparado pela **excludente de ilicitude da legítima defesa**, visto que usando moderadamente dos meios necessários, repeliu injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu (art. 25, CP) e conforme o art. 23, inc. II do CP, não há crime quando o agente pratica o fato em legítima defesa.

---

### QUESTÃO 32

Maria, primária, mãe de uma criança de 6 (seis) anos, que cria sem qualquer ajuda, foi condenada à pena de 5 (cinco) anos de reclusão pela prática do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, e à pena de 1 (um) ano de reclusão pela prática do art. 180, caput, do Código Penal. Fixado o regime inicialmente fechado, encontra-se Maria cumprindo as penas impostas sem qualquer intercorrência, apresentando bom comportamento carcerário.

Diante deste cenário, Maria fará jus a progressão de regime prisional quando cumprir

- (A) 40% (quarenta por cento) da pena relativa à condenação pelo tráfico de drogas, uma vez que não lhe foram reconhecidos os benefícios do §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06 e 16% (dezesseis por cento) da pena relativa à condenação pelo crime de receptação.
- (B) 40% (quarenta por cento) da pena relativa à condenação pelo tráfico de drogas, uma vez que não lhe foram reconhecidos os benefícios do §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06 e 1/6 (um sexto) da pena relativa à condenação pelo crime de receptação.
- (C) 1/6 (um sexto) do total da pena a ela imposta
- (D) 1/8 (um oitavo) do total da pena a ela imposta.

---

**GABARITO: D**

### COMENTÁRIOS

Questão que cobrou a literalidade da LEP – 7.210/84. Vamos à leitura.

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em **forma progressiva** com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

I - **16%** (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for **primário** e o crime tiver sido cometido **sem violência à pessoa ou grave ameaça**;

II - **20%** (vinte por cento) da pena, se o apenado **for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça**;

III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;

VI - **50%** (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:

a) condenado pela prática de **crime hediondo ou equiparado**, com **resultado morte**, se **for primário**, **vedado o livramento condicional**;

b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou

c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;

VII - **60%** (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de **crime hediondo ou equiparado**;

VIII - **70%** (setenta por cento) da pena, se o apenado for **reincidente em crime hediondo** ou equiparado **com resultado morte**, **vedado o livramento condicional**.

§ 1º Em todos os casos, **o apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento**, respeitadas as normas que vedam a progressão.

§ 2º A **decisão do juiz que determinar a progressão de regime será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público** e do **defensor**, procedimento que também será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitadas os prazos previstos nas normas vigentes.

§ 3º No **caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência**, os requisitos para progressão de regime são, **cumulativamente**:

I - não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente;

III - ter *cumprido ao menos 1/8 (um oitavo)* da pena no regime anterior;

IV - ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento;

V - **não ter integrado organização criminosa**.

§ 4º O cometimento de novo crime doloso ou falta grave implicará a revogação do benefício previsto no § 3º deste artigo.

§ 5º Não se considera hediondo ou equiparado, para os fins deste artigo, o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

§ 6º O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.

§ 7º O bom comportamento é readquirido após 1 (um) ano da ocorrência do fato, ou antes, após o cumprimento do requisito temporal exigível para a obtenção do direito.

---

### QUESTÃO 33

Com relação ao reconhecimento de circunstâncias atenuantes, agravantes ou causas de aumento de pena, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A delação premiada pode ser reconhecida como circunstância atenuante de pena para os crimes previstos na Lei nº 9.613/98 (Lei de Lavagem de Capitais).
- (B) Em atendimento ao princípio da legalidade, não é possível a aplicação de circunstância agravante que não esteja expressamente tipificada no Código Penal.
- (C) Não é possível a incidência de uma causa de aumento de pena sobre a pena de uma figura qualificada de crime.
- (D) O planejamento prévio à prática de crime é circunstância agravante, no caso de concurso de pessoas, prevista no Código Penal.

39

---

**GABARITO: NULA**

### COMENTÁRIOS

Quanto à alternativa A é causa de diminuição de pena, e não de atenuante.

Sobre a alternativa B, que foi tida inicialmente como gabarito, o nosso ordenamento jurídico prevê o caso de "atenuante inominada", que possui caráter genérico e facultativo. Esse instituto também é conhecido pela doutrina como "atenuante da clemência", que permite certa margem de arbitrariedade em atenuar a pena, e encontra-se previsto no artigo 66 do Código Penal, que tem a seguinte redação: "a pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei".

---

### QUESTÃO 34

Conforme a legislação e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca da fixação e execução da pena, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A existência de circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- (B) A jurisprudência admite a fixação de regime inicial de cumprimento de pena semiaberto ao reincidente condenado a pena igual ou inferior a quatro anos.
- (C) A pena unificada para atender ao limite de quarenta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, é considerada para a concessão dos benefícios prisionais previstos na lei de execução penal, conforme consolidada jurisprudência do STF.
- (D) Consoante expressa previsão legal, a embriaguez culposa é circunstância atenuante apta a reduzir a reprimenda nessa fase.

---

**GABARITO: B**

#### COMENTÁRIOS

**Súmula 269** - É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos **reincidentes** condenados a pena **igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias** judiciais. (Súmula 269, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/05/2002, DJ 29/05/2002 p. 135)

40

---

#### QUESTÃO 35

Com relação às causas de extinção da punibilidade, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A concessão do perdão judicial nos casos previstos em lei é causa extintiva da punibilidade do crime, subsistindo, porém, o efeito condenatório da reincidência.
- (B) Havendo a extinção da punibilidade de um crime de furto, se estende ela ao conseqüente crime de receptação da coisa subtraída em razão do princípio da indivisibilidade da ação penal.
- (C) Na hipótese de crime de peculato doloso, o ressarcimento do dano precedente à sentença irrecorrível exclui a punibilidade.
- (D) Nos casos de continuidade delitiva, a extinção da punibilidade pela prescrição regula-se pela pena imposta a cada um dos crimes, isoladamente, afastando-se o acréscimo decorrente da continuação.

---

**GABARITO: D**

#### COMENTÁRIOS

**SÚM 497 STF:** Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, **não se computando o acréscimo decorrente da continuação.**

Contudo, conforme a súmula 723 do STF, há interferência na suspensão condicional do processo: *Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.*

---

### QUESTÃO 36

Sobre a legislação penal especial, é **CORRETO** afirmar:

(A) As organizações terroristas, em razão do princípio da especialidade, não podem ser consideradas organizações criminosas, para fins da aplicação da Lei nº 12.850/13.

(B) Deve ser reconhecida atípica, por ausência de lesividade, a conduta de agente que possui em sua residência arma de fogo sem autorização e em desacordo com a determinação legal ou regulamentar desmuniada.

(C) Josefa, primária e de bons antecedentes, desempregada e em dificuldades financeiras que aceita proposta de traficante de guardar em sua residência, por 15 dias, 1 kg de maconha em troca de R\$ 500,00 (quinhentos reais), não poderá ter em seu favor reconhecido os benefícios do §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06 (tráfico privilegiado), em razão da reduzida quantidade de entorpecente ser uma das condições expressas na lei para tal concessão.

(D) Na atualidade, o crime de maus-tratos, especificamente praticado contra cães e gatos, é uma figura qualificada do crime de maus-tratos a animais inserido no art. 32 da Lei nº 9.605/98.

41

---

**GABARITO: D**

### COMENTÁRIOS

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: (Vide ADPF 640)

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. (Vide ADPF 640)

§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no

caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. (Incluído pela Lei nº 14.064, de 2020)

§ 2º A pena é aumentada de **1/6 a 1/3**, se ocorre **morte do animal.** (Vide ADPF 640)

---

**QUESTÃO 37**

Com relação à ilicitude e à culpabilidade é **CORRETO** afirmar:

- (A) A prática de fato típico em razão de obediência à ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico é hipótese de inexigibilidade de conduta diversa e pode excluir a culpabilidade do agente.
- (B) Com relação à natureza jurídica do estado de necessidade, a doutrina destaca que para a teoria unitária, ou é o estado de necessidade justificante, funcionando como causa de exclusão da ilicitude da conduta do agente ou exculpante, excludente da culpabilidade.
- (C) O Código Penal Brasileiro adota a teoria limitada da culpabilidade pela qual as discriminantes putativas sempre são consideradas erro de proibição.
- (D) Segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial, a ausência de lesividade seria causa suprallegal de exclusão da tipicidade, enquanto a inexigibilidade de conduta diversa e o consentimento do ofendido, quando não integrante do tipo penal, excluem a culpabilidade da conduta do agente.

---

**GABARITO: A****COMENTÁRIOS**

42

A inexigibilidade de conduta diversa é uma causa geral de exclusão de culpabilidade fundada na não censurabilidade de uma conduta, quando não se pode exigir do agente, em determinadas circunstâncias e com base nos padrões sociais vigentes, diferente ação ou omissão. A obediência a ordem não manifestamente ilegal encaixa-se nesse conceito.

---

**QUESTÃO 38**

Sobre os crimes cibernéticos ou informáticos, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A simples disponibilização de imagens ou vídeos com conteúdo pornográfico, envolvendo criança ou adolescente, na Internet, não é suficiente para a caracterização do tipo penal do art. 241-A do ECA, sendo imprescindível o efetivo acesso de pelo menos um usuário.
- (B) Agente que se aproveita da ausência momentânea de colega de trabalho para, no computador alheio, ligado sem nenhum tipo de dispositivo de segurança, acessar fotos íntimas, copiando-as para si, pratica o crime de invasão de dispositivo informático do art. 154-A do Código Penal.
- (C) É fraude eletrônica, figura qualificada do crime de estelionato, a utilização de informações fornecidas pela vítima induzida a erro presencialmente, se o agente obtém a vantagem, em prejuízo da vítima, passando-se por ela em uma compra em ambiente virtual.

(D) Em razão da necessária segurança coletiva e proteção de dados, os crimes de invasão de dispositivos informáticos, definidos no art. 154-A do Código Penal, são de ação penal pública incondicionada.

---

GABARITO: B

## COMENTÁRIOS

### Invasão de dispositivo informático

Art. 154-A. Invadir **dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores**, com o **fim** de obter, adulterar ou destruir dados ou informações **sem autorização expressa ou tácita do usuário** do dispositivo ou de **instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita**: (Redação dada pela Lei nº 14.155, de 2021) Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 14.155, de 2021)

§ 1º Na mesma pena incorre quem **produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no caput**.

§ 2º Aumenta-se a pena de **1/3** (um terço) a **2/3** (dois terços) se da invasão **resulta prejuízo econômico**. (Redação dada pela Lei nº 14.155, de 2021)

§ 3º Se da invasão **resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais**, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido: (Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012) Pena – **reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos**, e multa. (Redação dada pela Lei nº 14.155, de 2021)

§ 4º Na hipótese do § 3º, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos.

§ 5º Aumenta-se a pena de **1/3 à metade** se o crime for praticado contra:

I - Presidente da República, governadores e prefeitos;

II - Presidente do Supremo Tribunal Federal;

43

III - Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou de Câmara Municipal; ou

IV - dirigente máximo da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

---

### QUESTÃO 39

Acerca dos princípios que limitam e informam o Direito Penal, é **CORRETO** afirmar:

(A) Em atenção ao princípio penal da lesividade, a Constituição Federal proíbe as penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, e as consideradas cruéis.

(B) Em observância ao princípio da legalidade, a lei penal, na modalidade stricta, permite a analogia em in malam partem.

(C) O princípio da adequação social funciona como causa supralegal de exclusão da tipicidade, não podendo ser considerado criminoso o comportamento humano socialmente aceito e adequado, que, embora tipificado em lei, não afronte o sentimento social de justiça.

(D) O Superior Tribunal de Justiça, em decisão baseada no princípio da individualização das penas, firmou entendimento no sentido de que pena cumprida em condição indigna pode ser contada em dobro.

44

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

De acordo com esse princípio, não pode ser considerado criminoso o comportamento humano que, embora tipificado em lei, não afronta o sentimento social de Justiça. É o caso, exemplificativamente, dos trotes acadêmicos moderados e da circuncisão realizada pelos judeus.

---

### QUESTÃO 40

Michel ordena a Alexandre, caseiro de sua fazenda, que corte árvores de uma porção lateral da propriedade, situada na zona rural do Município de Itabirito – MG, entendendo que elas atrapalhavam a construção de uma cerca. Por se tratar de área de preservação permanente, seria necessária autorização do órgão competente para o corte, a qual, no entanto, não foi ao menos cogitada por Michel. Embora ambos tivessem conhecimento desse fato e da ilicitude de seu comportamento, Alexandre obedece à ordem de seu patrão Michel, e realiza a conduta. Tendo em vista o disposto no art. 40, da Lei n.º 9.605/98 (Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização: Pena - reclusão, de um a cinco anos.) e as teorias atinentes ao concurso de pessoas, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Michel, levando em conta a legislação penal brasileira em vigor, deve ter em seu favor reconhecida a cooperação dolosamente distinta.
- (B) Pela teoria objetivo-formal, Michel é considerado autor do fato criminoso.
- (C) Pela teoria objetivo-formal, Michel seria considerado partícipe do fato criminoso, mas a aplicação da teoria do domínio do fato lhe atrairia para a posição de autor da conduta.
- (D) Pela teoria objetivo-formal, Michel seria considerado partícipe do fato criminoso e a aplicação da teoria do domínio do fato não lhe atrairia para a posição de autor da conduta.

---

**GABARITO: D**

### COMENTÁRIOS

A teoria do domínio do fato ganhou contornos dogmáticos voltados ao efetivo dimensionamento do fenômeno de autoria de Hans Welzel, considerando que as referências até então registradas eram objeto de considerações esparsas sem a conotação científica posta atualmente. Entretanto, mesmo voltada para distinguir autoria de participação, a obra de Welzel tinha escopo bem mais restrito do que a de Roxin. Essencialmente, a idéia de 'domínio final do fato' proclamava a ideia de 'compleição do todo', que estaria associada a figura do autor, e a 'restrição do domínio sobre si' para designar o partícipe. A concepção de Roxin também buscava distinguir autoria e participação; todavia propunha métodos que vão além das proposições de Welzel. Não há uma redução ao mote de definir quem teria, em tese, a consciência do todo ou não para o fim de predicar o agir pela autoria ou participação.

45

---

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### QUESTÃO 41

Sobre o inquérito policial, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Não caberá qualquer recurso em face do despacho da autoridade policial que indeferir a abertura de inquérito policial.
- (B) O acesso do advogado independe de procuração do investigado, mesmo que os autos do inquérito policial estejam conclusos à autoridade policial.
- (C) O inquérito policial pode ser instaurado de ofício pela autoridade policial ou por requisição do Ministério Público, em casos de crime de ação penal pública condicionada à representação, desde que haja repercussão social do fato.
- (D) O representante do Ministério Público, com atuação na área de investigação criminal, pode avocar a presidência do inquérito policial, em sede de controle difuso da atividade policial.

---

**GABARITO: B**

**COMENTÁRIOS**

**Súmula Vinculante 14**

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

**Precedente Representativo**

Há, é verdade, diligências que devem ser sigilosas, sob risco de comprometimento do seu bom sucesso. Mas, se o sigilo é aí necessário à apuração e à atividade instrutória, a formalização documental de seu resultado já não pode ser subtraída ao indiciado nem ao defensor, porque, é óbvio, cessou a causa mesma do sigilo. (...) Os atos de instrução, enquanto documentação dos elementos retóricos colhidos na investigação, esses devem estar acessíveis ao indiciado e ao defensor, à luz da Constituição da República, que garante à classe dos acusados, na qual não deixam de situar-se o indiciado e o investigado mesmo, o direito de defesa. O sigilo aqui, atingindo a defesa, frustra-lhe, por conseguinte, o exercício. (...) 5. Por outro lado, o instrumento disponível para assegurar a intimidade dos investigados (...) não figura título jurídico para limitar a defesa nem a publicidade, enquanto direitos do acusado. E invocar a intimidade dos demais investigados, para impedir o acesso aos autos, importa restrição ao direito de cada um dos envolvidos, pela razão manifesta de que os impede a todos de conhecer o que, documentalmente, lhes seja contrário. Por isso, a autoridade que investiga deve, mediante expedientes adequados, aparelhar-se para permitir que a defesa de cada paciente tenha acesso, pelo menos, ao que diga respeito a seu constituinte. [HC 88.190, voto do rel. min. Cezar Peluso, 2ª T, j. 29-8-2006, DJ de 6-10-2006.]

46

---

**QUESTÃO 42**

Em relação às características do sistema acusatório, analise as afirmativas:

- I. Gestão da prova na mão das partes e não do juiz, clara distinção entre as atividades de acusar e julgar, juiz como terceiro imparcial e publicidade dos atos processuais.
- II. Ausência de uma tarifa probatória, igualdade de oportunidades às partes no processo e procedimento é, em regra, oral.
- III. O processo é um fim em si mesmo e o acusado é tratado como mero objeto, imparcialidade do juiz e prevalência da confissão do réu como meio de prova.
- IV. Celeridade do processo e busca da verdade real, o que faculta ao juiz determinar de ofício a produção de prova.

São **VERDADEIRAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.

---

**GABARITO: A**

### COMENTÁRIOS

Diversamente do sistema inquisitório, sua antítese é o sistema processual acusatório, que possui como princípio unificador o fato de o gestor da prova ser pessoa/instituição diversa do julgador. Há, pois, nítida separação entre as funções de acusar, julgar e defender, o que não ocorria no sistema inquisitivo. Destarte, o juiz é imparcial e somente julga, não produz provas e nem defende o réu. Os prováveis precursores desse sistema processual são:

- a) Magna Carta;*
- b) Petition of Rights;*
- c) Bill of Rights;*
- d) Secularização;*
- e) Iluminismo.*

Eis suas principais características:

- a) as partes são as gestoras das provas;*
- b) há separação das funções de acusar, julgar e defender;*
- c) o processo é público, salvo exceções determinadas por lei;*
- d) o réu é sujeito de direitos e não mais objeto da investigação;*
- e) conseqüentemente, ao acusado é garantido o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal, e demais princípios limitadores do poder punitivo;*
- f) presume-se a não culpabilidade (ou a inocência do réu);*
- g) as provas não são taxativas e não possuem valores preestabelecidos.*

---

### QUESTÃO 43

Num crime de estelionato praticado em Belo Horizonte contra uma agência bancária do Banco do Brasil S.A, no qual o agente obteve vantagem financeira, é **CORRETO** afirmar que a competência para a ação penal é da

- (A) Justiça Estadual ou da Justiça Federal, a depender da regra de prevenção.

(B) Justiça Estadual ou da Justiça Federal, o que será definido a partir da autoridade policial responsável pela condução do inquérito, respectivamente, Polícia Civil ou Polícia Federal.

(C) Justiça Estadual.

(D) Justiça Federal.

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

**Súmula 556 do STF** - "É competente a Justiça Comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista."

**Súmula 42 do STJ** - "Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento."

---

### QUESTÃO 44

Está **CORRETO** ao se afirmar que:

(A) É defeso ao juiz dar prosseguimento ao julgamento do feito, estando pendente o cumprimento de carta precatória expedida para inquirição de testemunhas arroladas pela defesa.

(B) No do rito dos crimes funcionais, não se admite manifestação da defesa antes do juízo prelibação da inicial acusatória.

(C) Nos casos afetos à lei antitóxicos, o interrogatório do réu deve ser realizado ao final da instrução criminal.

(D) O advogado deverá ser intimado da data da audiência designada perante o juízo deprecado.

48

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

A exigência de realização do interrogatório ao final da instrução criminal, conforme o art. 400 do CPP é aplicável:

- aos processos penais militares;
- aos processos penais eleitorais e
- a todos os procedimentos penais regidos por legislação especial (ex: lei de drogas).

STF. Plenário. HC 127900/AM, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 3/3/2016 (Info 816).

**QUESTÃO 45**

A respeito da prisão em flagrante, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A realização de audiência de custódia se restringe aos casos de prisão em flagrante delito.
- (B) Nos crimes permanentes, a prisão em flagrante pode ser efetuada enquanto não cessar a permanência.
- (C) O presidente da república não pode ser preso em flagrante delito por mais grave que seja o crime praticado.
- (D) Se o autor do delito não foi preso no local da infração e não está sendo perseguido, sua apresentação espontânea perante a autoridade policial impede a prisão em flagrante.

---

**GABARITO: A**

**COMENTÁRIOS**

A audiência de custódia (ou de apresentação) constitui direito público subjetivo, de caráter fundamental, assegurado por convenções internacionais de direitos humanos a que o Estado brasileiro aderiu, já incorporadas ao direito positivo interno (Convenção Americana de Direitos Humanos e Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos). Traduz prerrogativa não suprimível assegurada a qualquer pessoa. Sua imprescindibilidade tem o beneplácito do magistério jurisprudencial (ADPF 347 MC) e do ordenamento positivo doméstico (Lei nº 13.964/2019 e Resolução 213/2015 do CNJ). STF. HC 188888/MG, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 6/10/2020 (Info 994).

49

**QUESTÃO 46**

De acordo com o Código de Processo Penal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A lei prevê a extensão das hipóteses de impedimentos e suspeição dos juízes aos membros do Ministério Público, naquilo que for aplicável.
- (B) As causas de impedimento descritas no CPP têm natureza exemplificativa.
- (C) Da decisão que não admitir o assistente do Ministério Público caberá recurso em sentido estrito.
- (D) O assistente do Ministério Público, nos casos da ação pública, poderá ser admitido antes do recebimento da denúncia.

---

**GABARITO: A**

**COMENTÁRIOS**

## CPP

## DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 257. Ao Ministério Público cabe: (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008). I - **promover, privativamente**, a ação penal pública, na forma estabelecida neste Código; e (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008). II - **fiscalizar a execução da lei**. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Art. 258. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, **até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes**.

---

**QUESTÃO 47**

Sobre as disposições processuais especiais da Lei nº 9.613/1998 (que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, e dá outras providências), é **INCORRETO** afirmar:

(A) No curso das investigações de crimes de lavagem de bens, direitos ou valores, ordens de prisão ou medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores poderão ser suspensas pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata puder comprometer as investigações.

(B) No processo por crime previsto na Lei nº 9.613/1998, não se aplica o disposto no art. 366 do CPP, devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo.

(C) O processo e o julgamento dos crimes previstos na Lei nº 9.613/1998 independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento.

(D) O processo e o julgamento dos crimes previstos na Lei nº 9.613/1998 não são da competência da Justiça Federal nas hipóteses em que a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal, tendo em vista serem crimes autônomos.

50

---

**GABARITO: D**
**COMENTÁRIOS****Lei n. 9.613/98****Disposições Processuais Especiais**

Art. 2º O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei:

I – obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da **competência do juiz singular**; II -

**independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes**, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento;

III - são da **competência da Justiça Federal**:

a) **quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União**, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;

b) quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.

§ 1º A **denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente**, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

---

#### QUESTÃO 48

51

Acerca da possibilidade de obtenção de dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos junto aos órgãos do poder público ou a empresas da iniciativa privada, no curso das investigações, é **INCORRETO** afirmar:

(A) Em investigações relacionadas a organizações criminosas, a Autoridade Policial terá acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem, exclusivamente, a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

(B) Em investigações relacionadas a organizações criminosas, as empresas de transporte possibilitarão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, acesso direto e permanente do delegado de polícia aos bancos de dados de reservas e registro de viagens.

(C) Nos termos do art. 13-A do CPP, no curso da investigação de crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei nº 11.343/2006), o delegado de polícia poderá diretamente requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais de suspeitos.

(D) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o delegado de polícia poderá requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática, que disponibilizem, imediatamente, os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

GABARITO: C

## COMENTÁRIOS

Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A, no § 3º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), **o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar**, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.

Parágrafo único. A requisição, que **será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, conterà:

I - o **nome da autoridade requisitante**;

II - o **número do inquérito policial**; e

III - a **identificação da unidade de polícia judiciária** responsável pela investigação.

52

## QUESTÃO 49

Considerando as hipóteses de requerimento do ofendido para a abertura de inquérito policial em crimes de ação pública, é **CORRETO** afirmar:

(A) Na dicção expressa do art. 5º, §2º, do CPP, do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá recurso para o delegado regional; caso tal recurso seja indeferido, caberá novo recurso para o chefe de Polícia.

(B) No caso de morte do ofendido, têm qualidade para representá-lo para o fim de requerer a abertura de inquérito policial seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

(C) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.

(D) O requerimento do ofendido para a abertura de inquérito policial em crimes de ação pública deverá conter, sob pena de indeferimento, a narração do fato, com todas as circunstâncias, bem como a individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de o fazer, além da nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.

GABARITO: B

## COMENTÁRIOS

## TÍTULO III

## DA AÇÃO PENAL

Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. § 1º No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão. (Parágrafo único renumerado pela Lei nº 8.699, de 27.8.1993)

---

**QUESTÃO 50**

Acerca dos prazos para encerramento de inquéritos policiais, considerando o disposto no Título II do CPP (“Do Inquérito Policial”) e a legislação extravagante, é **CORRETO** afirmar:

(A) A extensão injustificada da investigação por parte da Autoridade Policial, que procrastina em prejuízo do investigado, não configura crime de abuso de autoridade.

(B) Caso o prazo para encerramento do inquérito seja superado, quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a Autoridade Policial poderá requerer ao magistrado a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de 10 dias.

(C) Caso um dos investigados seja preso preventivamente no curso das investigações, a Autoridade Policial terá, como regra, o prazo de 10 dias após o cumprimento da ordem de prisão para finalizar o inquérito.

(D) Investigações de crimes de tráfico de drogas devem ser encerradas no prazo máximo de 30 dias, quando o investigado estiver solto.

53

---

**GABARITO: C****COMENTÁRIOS**

Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela. § 1º A autoridade *fará* minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao juiz competente. § 2º No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas. § 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

---

## DIREITOS HUMANOS

### QUESTÃO 51

Sobre a teoria do Duplo Estatuto dos Tratados de Direitos Humanos adotada pelo Supremo Tribunal Federal, **NÃO** é correto afirmar que

- (A) as leis e atos normativos são válidos se forem compatíveis, simultaneamente, com a Constituição e com os tratados internacionais de direitos humanos incorporados.
- (B) cabe ao Supremo Tribunal Federal realizar o chamado controle de convencionalidade nacional das leis em relação aos tratados tidos como supralegais e em relação aos tratados incorporados pelo rito especial previsto no art. 5º, § 3º, da CF/88, que passam a integrar o bloco de constitucionalidade restrito.
- (C) os tratados de direitos humanos incorporados pelo rito simples não têm estatuto constitucional, logo, não cabe ao Supremo Tribunal Federal analisar, no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade, a compatibilidade entre leis ou atos normativos e tratado internacional de direitos humanos.
- (D) representou a superação da tese da supraconstitucionalidade dos tratados internacionais de direitos humanos pelo Supremo Tribunal Federal, que prevaleceu na corte de 1998 a 2008.

54

---

**GABARITO: QUESTÃO ANULADA**

### COMENTÁRIOS

A “Teoria do Duplo Estatuto” dos tratados de Direitos Humanos, adotada pelo Supremo Tribunal Federal e por parte da doutrina, consiste em conferir **natureza constitucional** aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, e **natureza supralegal** a todos os demais, anteriores ou posteriores à emenda constitucional nº 45/2004 que estabeleceu o rito do art. 5º, § 3º, e que tenham sido aprovados pelo rito comum.

Assim, ao Tratado Internacional que verse sobre Direitos Humanos que não for aprovado pelo rito qualificado, reconhece-se a natureza de norma supralegal, inferior a Constituição, mas acima das leis infraconstitucionais, pouco importando se a incorporação ao ordenamento pátrio se deu antes ou depois da EC nº 45/2004.

Feitas estas considerações iniciais, importante esclarecer o motivo da anulação da questão. A alternativa D foi, inicialmente, apontada como incorreta, ocorre que a alternativa B também padece de incorreção, visto que, em relação aos tratados com *status* de norma supralegal, a análise da convencionalidade não cabe somente ao STF, como a redação deu a entender, sendo esta uma atribuição do Poder Judiciário que poderá realizá-la de forma concentrada ou

difusa, assim como por outros órgãos que integrem a estrutura da administração pública direta e indireta, de modo que não é um controle exclusivamente jurisdicional.

A alternativa D, como apontado pela banca, está incorreta ao afirmar que a teoria do duplo estatuto *representou a superação da tese da supraconstitucionalidade*. O que ocorreu, na verdade, foi a superação do entendimento de que os Tratados constitucionais que versavam sobre Direitos Humanos tinham o status de lei ordinária, passando, a partir de 2008, a prevalecer a tese da supralegalidade e infraconstitucionalidade, o que não se aplica aos tratados incorporados pelo rito das ECs, elevados à estatura de norma constitucional.

---

## QUESTÃO 52

Sobre a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985), é **CORRETO** afirmar que

(A) considera tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica.

(B) estabelece que casos de tortura ocorridos no território dos Estados Partes da Convenção podem ser apreciados por instâncias internacionais, independentemente de esgotamento das instâncias internas, em razão da gravidade do crime de tortura.

(C) foi ratificada pelo Estado brasileiro e possui status de norma constitucional, haja vista sua aprovação de acordo com o rito previsto no § 3º, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988.

(D) são considerados responsáveis os empregados ou funcionários públicos que, nessa condição, ordenem sua comissão ou instiguem ou induzam a ela, cometam-no diretamente ou, podendo impedi-lo, não o façam, excluindo a responsabilização daqueles que agiram por determinação de superior hierárquico.

55

---

**GABARITO: A**

## COMENTÁRIOS

A alternativa **A** está **CORRETA** e reproduz *ipsis letteris* o teor do art. 2º da Convenção:

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por tortura todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou com qualquer outro fim. **Entender-se-á também como tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica.**

**QUESTÃO 53**

A respeito do Tratado de Marraqueche sobre acesso facilitado a obras publicadas, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) Estabelece que a permissão de acesso a obras em formato alternativo às pessoas com dificuldade para leitura de material impresso é exceção ou limitação aos direitos de reprodução.
- (B) Nos termos do Tratado de Marraqueche, para que a obra seja convertida para um exemplar em formato acessível, é imprescindível a autorização do titular do direito autoral.
- (C) O Tratado de Marraqueche foi negociado no seio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), tendo sido fruto de proposta apresentada por Brasil, Equador e Paraguai, em maio de 2009, para pagar dívida histórica com as pessoas com deficiência visual.
- (D) Prevê o Intercâmbio Transfronteiriço de Exemplares em Formato Acessível.

---

**GABARITO: B**

**COMENTÁRIOS**

Dispõe o art. 4.1.(a) do Tratado que: “As Partes Contratantes **estabelecerão na sua legislação nacional de direito de autor uma limitação ou exceção aos direitos de reprodução**, de distribuição, bem como de colocação à disposição do público, tal como definido no Tratado da OMPI sobre Direito de Autor, **para facilitar a disponibilidade de obras em formatos acessíveis aos beneficiários**. A limitação ou exceção prevista na legislação nacional deve permitir as alterações necessárias para **tornar a obra acessível em formato alternativo**”.

56

Da simples leitura do dispositivo é possível depreender que não é necessário que o autor autorize expressamente o versionamento de sua obra para um formato acessível, sendo isto considerado uma exceção ou limitação aos direitos do autor.

O contrário não poderia ser, dado que a intenção primeira do tratado é, justamente, facilitar o acesso às obras em formato acessível, diverso daquele originalmente veiculado. Nesse contexto, a imprescindibilidade da autorização do titular do direito autoral seria um óbice à concretização desta finalidade.

---

**QUESTÃO 54**

Em relação ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e a redefinição da cidadania no Brasil, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) O desconhecimento dos direitos e garantias internacionais importa no desconhecimento de parte substancial dos direitos da cidadania, por significar a privação do exercício de direitos acionáveis e defensáveis na arena internacional.
- (B) O Direito Internacional dos Direitos Humanos vem instaurar o processo de redefinição do próprio conceito de cidadania no âmbito brasileiro, seja em face da sistemática de

monitoramento internacional que proporciona, seja em face do extenso universo de direitos que assegura.

(C) Os direitos internacionais integram o universo impreciso e indefinido dos direitos implícitos, decorrentes do regime ou dos princípios adotados pela Constituição Federal de 1988, o que limita em parte o exercício da cidadania no Brasil.

(D) Pode-se afirmar que a realização plena e não apenas parcial dos direitos da cidadania envolve o exercício efetivo e amplo dos direitos humanos, nacional e internacionalmente assegurados.

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

A questão foi baseada em um artigo da Autora Flávia Piovesan, intitulado "O Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Redefinição da Cidadania no Brasil".

A alternativa **C** está **INCORRETA** porque dispõe exatamente o contrário do afirmado no texto da autora:

Ainda que não explícitos no texto constitucional, os direitos internacionais são direitos "explicitáveis", bastando para tanto a menção aos dispositivos dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, que demarcam um catálogo claro, preciso e definido de direitos. Em suma, todos esses argumentos se reúnem no sentido de endossar o regime constitucional privilegiado conferido aos tratados de proteção de direitos humanos - regime esse semelhante ao que é conferido aos demais direitos e garantias constitucionais.

57

---

### QUESTÃO 55

Em relação à interpretação dos direitos humanos, é **CORRETO** afirmar:

(A) A exegese do Direito Internacional dos Direitos Humanos, consagrada pela jurisprudência internacional, tem como epicentro o princípio da interpretação pro homine, que impõe a necessidade de que a interpretação normativa seja feita sempre em prol da proteção dada aos indivíduos.

(B) Na hipótese de dúvida na interpretação de qual norma deve reger determinado caso, impõe-se que seja utilizada a norma de origem internacional, haja vista que, após o reconhecimento do indivíduo como sujeito de direito internacional, o aspecto protetivo desse ordenamento se sobrepõe ao direito interno.

(C) O princípio da interpretação autônoma consiste em assegurar às disposições convencionais seus efeitos próprios, evitando-se que sejam consideradas meramente programáticas.

(D) O princípio da máxima efetividade no Direito Internacional dos Direitos Humanos consiste em conferir conceitos e termos inseridos nos tratados de direitos humanos, sentidos próprios, distintos dos sentidos a eles atribuídos pelo direito interno, para dotar de maior efetividade os textos internacionais de direitos humanos.

---

**GABARITO: A**

### COMENTÁRIOS

A alternativa **A** está **CORRETA** de pois o princípio de **interpretação pro homine** informa que a interpretação dos Direitos Humanos deve ser sempre aquela mais favorável ao indivíduo, reconhecendo-se a superioridade das normas de Direitos Humanos.

---

## MEDICINA LEGAL

### QUESTÃO 56

Cadáver encontrado em um beco apresentava tiro único na região temporal direita. Trata-se de sinal indiscutível, no orifício de entrada do projétil, por tiro a curta distância:

- (A) halo de enxugo.
- (B) halo equimótico.
- (C) orla de escoriação.
- (D) zona de tatuagem.

58

---

**GABARITO: NULA**

### COMENTÁRIOS

Não há afirmação doutrinária de que a zona de tatuagem seja um sinal indiscutível de tiros à curta distância. A literatura costuma afirmar que esta zona decorre de efeitos secundários do disparo de arma de fogo.

---

### QUESTÃO 57

Criança de 12 anos, vítima frequente de maus tratos pelos pais, durante um dos episódios, levou soco no olho direito, o que levou a descolamento de retina, com déficit visual homolateral. Trata-se de lesão corporal

- (A) grave, pois houve debilidade permanente da função visual.
- (B) leve, pois não houve deformidade externa, apenas lesão interna, sem perda total da função.

(C) somente poderá ser classificada na dependência do grau de prejuízo às suas funções rotineiras.

(D) somente poderá ser classificada se houver prejuízo à sua profissão, na sua maioria, com perdas financeiras.

---

**GABARITO: A**

### COMENTÁRIOS

#### Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta: I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias; II - perigo de vida; III - debilidade permanente de membro, sentido ou função; IV - aceleração de parto.

---

#### QUESTÃO 58

Cadáver de 40 anos foi encontrado em casa em putrefação na chamada “mancha verde abdominal” que ocorre no(a)

- (A) fossa ilíaca esquerda, pela presença do sigmoide.
- (B) fossa ilíaca direita, pela presença do ceco.
- (C) hipocôndrio direito, pela presença da bile na vesícula biliar.
- (D) hipocôndrio esquerdo, pela presença do cólon descendente.

59

---

**GABARITO: B**

### COMENTÁRIOS

Primeira fase – Período cromático (Período de coloração, período das manchas): início, em geral, de dezoito a vinte e quatro horas após o óbito, com uma duração aproximada de sete a doze dias, dependendo das condições climáticas. Inicia-se pelo aparecimento de uma mancha esverdeada na pele da fossa ilíaca direita (mancha verde abdominal), cuja cor é devida à presença de sulfo-meta-hemoglobina. Nos recém-nascidos e nos afogados, a mancha verde é torácica e não abdominal, com cheiro característico (transformação da hemoglobina).

---

#### QUESTÃO 59

A sexologia forense estuda os vestígios decorrentes dos crimes contra a liberdade sexual, infanticídio, aborto, bem como os desvios sexuais e parafilias.

A riparofilia é o(a)

- (A) a perversão sexual que uma pessoa tem de se relacionar com mulheres desasseadas, preferindo aquelas que estejam menstruadas.
- (B) crime caracterizado pela penetração de pênis em vagina, sem o consentimento ou sob grave ameaça.
- (C) crime de abandono de recém-nascido cometido pelo pai.
- (D) relação sexual com o uso de objetos durante o ato, com a finalidade de obter maior satisfação durante a cópula.

---

**GABARITO: A**

### COMENTÁRIOS

#### ***Riparofilia***

É a estranha perversão sexual (na maioria das vezes acomete homens) de relacionarem com mulheres desasseadas, sujas e de baixa condição social e higiênica – muitas vezes preferindo que estejam menstruadas.

60

---

#### **QUESTÃO 60**

Durante a perícia de um corpo esqueletizado, os achados mais evidentes do dimorfismo sexual são observados no(a)

- (A) clavícula.
- (B) fêmur.
- (C) pelve.
- (D) úmero.

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

A *cintura pélvica feminina* apresenta os seguintes aspectos morfológicos:

- estreitos, superior e inferior, maiores,
- de forma aproximadamente circular,
- ângulo subpubiano menos agudo,
- borda medial de ramo isquiopúbico côncava,
- osso ílaco menos espesso,

- sacro mais achatado e largo,
- promontório menos proeminente, e
- acetábulo com diâmetro médio de 46 mm.

A *cintura pélvica masculina* apresenta os seguintes aspectos morfológicos:

- estreitos, superior e inferior, menores e elípticos,
- ângulo isquiático mais fechado,
- superfície anterior do púbis de aspecto aproximadamente triangular,
- ângulos subpubianos mais agudos,
- borda medial do ramo isquiopúbico convexa,
- osso íliaco mais espesso,
- sacro mais estreito, pouco mais alongado,
- promontório proeminente, e
- acetábulo com diâmetro médio de 55 mm.

O *ângulo sacrovertebral*, que corresponde a duas retas, na vertical, uma que desce da coluna até o promontório e outra do promontório, prolongando-se até o sacro; oscila em torno de 110° no sexo masculino e 107° no feminino.

O *índice isquiopúbico*, representado pela relação centesimal entre o comprimento do púbis e o comprimento do ísquio, nos dois casos, a partir do acetábulo ou cavidade cotilóide, no sexo masculino, é de 84 a 89 mm nos leucodermas e de até 84 mm, nos melanodermas. No sexo feminino é acima de 95 mm nos leucodermas e entre 89 e 95 mm nos melanodermas.

O *ângulo de inclinação pélvica*, formado por duas retas que partem do promontório – uma se dirigindo para a espinha íliaca anterossuperior e a outra para a trabécula púbica –, é de 58° no feminino.

O *comprimento do corpo esternal*, mais o manúbrio, é igual ou superior a 149 mm no sexo masculino, e menor que 149 mm no sexo feminino (Asley).

A *proporção entre o manúbrio e o corpo do esterno*, segundo Hirtl, Strauc e outros, *apud* Almeida Júnior e Costa Júnior, tem valor na determinação do sexo. O índice percentual é representado pelo comprimento do manúbrio multiplicado por 100 (cem), dividido pelo comprimento do corpo. O índice feminino médio é de 54,3 e o masculino, de 45,2.

Os *ossos longos* também se prestam à diferenciação sexual através de sua morfologia e dimensões.

As *cabeças dos fêmures e dos úmeros* são maiores e mais grosseiras no homem.

O ângulo formado pelo eixo do fêmur e um plano horizontal, onde se apoiam os côndilos, mede em torno de 76° na mulher e 80° no homem.

**QUESTÃO 61**

O médico legista deve estar atento ao diagnóstico diferencial entre as rupturas himenais por coito e os retalhos de hímen roto pelo parto vaginal.

Os retalhos himenais se retraem, constituindo verdadeiros tubérculos em sua implantação, e correspondem a:

- (A) carúnculas mirtiformes.
- (B) chanfraduras vulvo-himenais.
- (C) entalhes himenais.
- (D) hímens cribriformes.

---

**GABARITO: A**

**COMENTÁRIOS**

Retalhos de hímen roto pelo parto vaginal, os quais se retraem constituindo verdadeiros tubérculos em sua implantação, correspondem a **CARÚNCULAS MIRTIFORMES**. Carúnculas mirtiformes ou himenais: são retalhos do hímen roto pelo coito habitual ou produzidas pelo parto vaginal (“calos de ofício”).

62

**QUESTÃO 62**

Nas mortes violentas ou suspeitas, já previstas por lei, os peritos nomeados ou oficiais, por solicitação da autoridade competente, só poderão realizar a necropsia após 6 h de verificado o óbito.

Sobre o exame necroscópico, é **CORRETO** afirmar que

- (A) é um exame que pode ser realizado no indivíduo vivo ou morto.
- (B) não pode ser documentado por meio de um relatório médico-legal.
- (C) não pode ser realizado em indivíduos menores de um ano de idade.
- (D) um dos objetivos é destacar a causa da morte.

---

**GABARITO: D**

**COMENTÁRIOS**

**Exame do cadáver.**

Exame para **determinar a causa da morte**, quando esta for violenta ou houver suspeita de

morte violenta. Após o exame, é fornecida a declaração de óbito e liberado o corpo para preparo pelo serviço funerário.

**Quando é necessário?**

Quando a morte resultar de acidentes, homicídios, suicídios ou qualquer outra causa que a autoridade policial julgar necessária (morte suspeita). Cadáveres desconhecidos também são examinados pelo Instituto Médico Legal para tentativa de identificação.

---

**QUESTÃO 63**

Diversos fatores podem interferir na evolução da putrefação cadavérica, **EXCETO**:

- (A) Espasmo cadavérico.
- (B) Idade do morto.
- (C) Temperatura ambiente.
- (D) Umidade do ar.

---

**GABARITO: A****COMENTÁRIOS**

63

O espasmo cadavérico é um tipo de rigidez cadavérica instantânea que ocorre logo após a morte e precede a rigidez e pode ser confundido com ela. Ele pode aparecer em vítima de violência e morte súbita e o cadáver mantém a posição do momento do óbito e é também conceituado como rigidez cadavérica cataléptica ou estuária (LEITE e PRADO, 2019).

---

**QUESTÃO 64**

Um médico legista, ao chegar à sala de necropsia, deparou-se com três cadáveres cuja causa da morte foi asfixia. Durante o exame necroscópico, foi identificado no primeiro corpo, sulco único, com profundidade variável e direção oblíqua ao eixo do pescoço; no segundo, os sulcos são duplos, de profundidade constante e transversais ao eixo do pescoço; no terceiro, em vez de sulcos, havia equimoses e escoriações nos dois lados do pescoço.

A causa da morte mais provável em cada um deles é, respectivamente:

- (A) esganadura, enforcamento e estrangulamento.
- (B) enforcamento, estrangulamento e esganadura.
- (C) esganadura, estrangulamento e enforcamento.
- (D) estrangulamento, esganadura e enforcamento.

---

**GABARITO: B**

## COMENTÁRIOS

Pode-se facilmente haver uma confusão acerca dos conceitos de enforcamento, estrangulamento e esganadura. No caso da primeira opção, faz-se necessária a constrição passiva do pescoço exercida pelo peso do corpo, como quando se coloca um laço ao redor do pescoço da vítima e retira-se o apoio dos pés da vítima, deixando seu próprio peso exercer a pressão fatal em seu pescoço. Por sua vez, o estrangulamento se caracteriza por haver uma constrição ativa do pescoço por força muscular, como ocorre quando se utiliza um cinto, aliado à força muscular do agente, para fazer a pressão, ou ainda no golpe conhecido popularmente como mata-leão. Por fim, a esganadura consiste na pressão exercida no pescoço da vítima pela ação direta das mãos do agente, sem a utilização de objetos para tal.

---

### QUESTÃO 65

Jovem do sexo masculino, 45 anos, foi atropelado na via pública por um ônibus, sofrendo trauma toracoabdominal, com hemotórax e hemoperitônio.

Foi socorrido, submetido à laparotomia e drenagem de tórax, com drenagem em selo d'água. Recuperou-se do coma, porém ficou internado por 2 meses, tendo broncopneumonia, sepse e veio a óbito.

Neste caso, a declaração de óbito deverá ser emitida

- (A) no IML, pelo nexo-causal entre o acidente e a causa do óbito.
- (B) no SVO, pois o evento final foi de causa natural.
- (C) pelo cirurgião que operou o paciente.
- (D) pelo plantonista do CTI do hospital no momento do óbito.

64

---

### GABARITO: A

## COMENTÁRIOS

Cabe ao IML a remoção de corpos dos locais de ocorrências de crimes ou de unidades hospitalares em que as vítimas de violência faleceram, a realização da necropsia para a identificação da causa mortis, e posterior liberação do corpo aos familiares após a confirmação da identificação técnica da vítima. “Nos casos de mortes por causa violenta, como, acidente, homicídio ou suicídio, sempre a Polícia será chamada ao local. O delegado de Polícia deve comparecer e emite a requisição para o acionamento da Politec. Nestes casos, o familiar precisa somente apresentar um documento oficial da vítima até o IML para a identificação oficial da vítima”, explica o Diretor Metropolitano de Medicina Legal, Eduardo Andraus Filho. Após a realização da necropsia, as informações coletadas são descritas no laudo pericial, que irá subsidiar a investigação criminal. A liberação do corpo é feito mediante a emissão da Declaração de Óbito, em que consta além dos dados pessoais da vítima, a informação sobre a causa da morte. Este é o documento-base do Sistema de Informações

sobre Mortalidade do Ministério da Saúde. Desta forma, o IML atua somente em ocorrências que envolvam óbitos por causa externa (ou não-natural). É aquele que decorre de lesão provocada por violência (homicídio, suicídio, acidente ou morte suspeita), qualquer que tenha sido o tempo entre o evento lesivo e a morte propriamente. Quando o óbito é por causa natural, ou seja, aquele cuja causa básica é uma doença ou estado mórbido, a necropsia deve ser realizada pelo Serviço de Verificação de Óbito (SVO), vinculado à Secretaria de Estado de Saúde. São encaminhados para o SVO, as pessoas que morreram sem assistência médica ou com diagnóstico de doença mal definida, como por exemplo, pessoas que vieram a falecer em suas residências ou em vias públicas.

---

## CRIMINOLOGIA

### QUESTÃO 66

Sobre o pensamento de Raimundo Nina Rodrigues, na escola criminológica brasileira do final do século XIX e início do século XX, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- (A) Raimundo Nina Rodrigues acaba por justificar a existência de um controle social orientado pelo criminoso e não pelo crime.
- (B) Raimundo Nina Rodrigues foi influenciado pela escola criminológica italiana, em especial os estudos de Cesare Lombroso.
- (C) Raimundo Nina Rodrigues reconheceu que a raça negra, no Brasil, constituiu um dos fatores da inferioridade do povo brasileiro.
- (D) Inexiste nos estudos de Raimundo Nina Rodrigues qualquer orientação no sentido de reconhecer o aspecto rixoso e a violência dos negros nas suas pulsões sexuais.

65

---

**GABARITO: D**

### COMENTÁRIOS

É exatamente neste sentido a obra e sistematização literária de Nina Rodrigues, como afirmam as demais alternativas. O foco para este autor partia do pressuposto etiológico, e não de uma visão técnica voltada aos fundamentos da teoria do crime. Por isso, inclusive, foi considerado por parte de críticos um Lombroso Brasileiro.

---

### QUESTÃO 67

Sobre a teoria criminológica da associação diferencial, analise as assertivas abaixo:

- I. O comportamento delituoso se aprende do mesmo modo que o indivíduo aprende também outras condutas e atividades lícitas, em sua interação com pessoas e grupos e mediante um complexo processo de comunicação.

II. O delito não é algo anormal nem sinal de uma personalidade imatura, senão um comportamento ou hábito adquirido, isto é, uma resposta a situações reais que o sujeito aprende.

III. A pobreza e a classe social são fatores suficientes para a explicação da tendência de alguém para o crime, no contexto das teorias da aprendizagem.

IV. O indivíduo aprende assim não só a conduta delitiva, senão também os próprios valores criminais, as técnicas comissivas e os mecanismos subjetivos de racionalização (justificação ou autojustificação) do comportamento desviado.

São **CORRETAS** apenas as assertivas:

(A) I, II e III.

(B) I, II e IV.

(C) I, III e IV.

(D) II, III e IV.

---

**GABARITO: B**

### COMENTÁRIOS

66

A teoria da **associação diferencial**, desenvolvida por Edwin Sutherland, um dos maiores influenciadores da criminologia moderna, **desmistifica a tese de que somente pessoas menos favorecidas financeiramente ou socialmente eram criminosas**, demonstrando que crimes também são praticados por pessoas com reputação diante da sociedade. A influência criminógena **depende do grau de intimidade e do contato interpessoal**. Aborda-se ainda o nascimento do PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL, que surgiu dentro de penitenciárias do Estado de São Paulo, e se tornou um dos maiores problemas para a Segurança Pública e a criação do Regime Disciplinar Diferenciado.

Sutherland foi o criador da expressão White Collar Crimes (Crimes do Colarinho Branco), termo utilizado para designar crimes cometidos por pessoas de grande status social e financeiro, que utilizavam de suas influências e de seus cargos para proveitos ilícitos.

A partir do novo estudo apresentado por Sutherland, a ideia de que os criminosos eram sempre de classes menos favorecidas, tanto em condições financeiras como sociais, caiu por terra. Sua tese é contrária à de Cesare Lombroso, que defendia que o perfil do criminoso era herdado, estava ligado a genética, pois sustenta que o comportamento criminoso é aprendido.

---

**QUESTÃO 68**

Sobre a perspectiva crítica defendida por Thiago Fabres de Carvalho em “Criminologia, (in)visibilidade e reconhecimento: o controle penal da subcidadania no Brasil”, analise as assertivas abaixo:

I. As relações entre a criminologia e a noção moderna de dignidade humana são tão profundas quanto paradoxais. A emergência do saber sobre o crime e o criminoso na era moderna é marcada por profundas contradições atreladas às demandas de ordem inerentes à constituição do mundo social.

#### PORQUE

II. Se, de um lado, a noção de dignidade humana produzida pelos discursos filosóficos, políticos e jurídicos da modernidade expressa os anseios de emancipação dos laços da tradição; por outro lado, a criminologia emerge como um poderoso discurso científico de justificação do controle social requerido pelas exigências de ordem da sociedade burguesa em ascensão. Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II são proposições falsas.
- (B) I e II são proposições verdadeiras e II é uma justificativa correta da I.
- (C) I e II são proposições verdadeiras, mas II não é uma justificativa correta da I.
- (D) I é uma proposição falsa e II é uma proposição verdadeira.

67

---

**GABARITO: B**

#### COMENTÁRIOS

Vamos ao trecho da obra do autor que fundamenta a questão:

(...)

*As relações entre a criminologia e a noção moderna de dignidade humana são tão profundas quanto paradoxais. A emergência desse novo saber sobre o crime e o criminoso na era moderna é marcada por profundas contradições atreladas às demandas de ordem inerentes à constituição do mundo social. Se, de um lado, a noção de dignidade humana produzida pelos discursos filosóficos, políticos e jurídicos da modernidade expressa os anseios de emancipação dos laços da tradição, por outro lado, a criminologia emerge como um poderoso discurso científico de justificação do controle social requerido pelas exigências de ordem da sociedade burguesa em ascensão.*

*Nesse sentido, a dignidade humana expressa, na sociedade moderna, a necessidade de um tratamento igual, calcado na afirmação do reconhecimento de cada singularidade enquanto autenticidade. Isso quer dizer, pois, que, do ponto de vista dos novos discursos da filosofia política e jurídica, o sistema de justiça penal deveria conter, desde sua gênese, um tratamento condizente com a própria condição do homem como ser racional, livre e igual. Assim, sob o rótulo do "princípio da humanidade", que deita suas raízes nas obras dos reformadores clássicos, ao sistema penal caberia: a) a eliminação da infligência de castigos cruéis, desumanos ou degradantes, consubstanciados nas práticas aflitivas dos suplícios no Estado Absolutista; b) a delimitação de seu desempenho, por meio da contenção jurídica do poder punitivo; c) a*

*supressão de toda e qualquer discriminação jurídica a partir da condição social do desviante, reforçando o princípio da igualdade.*

(Carvalho, Thiago Fabres de. Criminologia, (in)visibilidade, reconhecimento: o controle penal da subcidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2014. fl. 11)

### QUESTÃO 69

No que diz respeito aos objetos da Criminologia, estão corretas as assertivas, **EXCETO**:

(A) A vitimização primária é o sofrimento, direto ou indireto, por parte de uma pessoa que suporta os efeitos decorrentes do crime, sejam estes materiais ou psíquicos. Por outro lado, a vitimização secundária compreende os custos suportados pelo agente penalizado em decorrência da prática do crime.

(B) Críticos do livre-arbítrio como ilusão subjetiva, os autores positivistas compreendiam o infrator como um prisioneiro da sua patologia (determinismo biológico), ou de processo causais alheios (determinismo social).

(C) Para o Direito Penal, o delito é uma ação ou omissão típica, ilícita e culpável, centrando-se a análise no comportamento do indivíduo.

(D) Se, de um lado, o controle social informal passa pela instância da sociedade civil: família, escola, profissão, opinião pública, grupos de pressão, clubes de serviço etc., o controle social formal evidencia a atuação do aparelho político do Estado, realizado por meio da Polícia, da Justiça, do Ministério Público, da Administração Penitenciária e de todos os consectários de tais agências.

68

**GABARITO: A**

### COMENTÁRIOS

A Criminologia, ao analisar a questão vitimológica, classifica a vitimização em três grandes grupos:

**Vitimização primária:** provocada pelo cometimento do crime, pela conduta violadora dos direitos da vítima. Pode causar danos variados, materiais, físicos, psicológicos, de acordo com a natureza da infração, a personalidade da vítima, sua relação com o agente violador, a extensão do dano, etc. Então, é aquela que corresponde aos danos à vítima decorrentes do crime.

**Vitimização secundária ou *sobrevitimização* ou revitimização:** causada pelas instâncias formais de controle social, no decorrer do processo de registro e apuração do crime, com o sofrimento adicional causado pela dinâmica do sistema de justiça criminal (inquérito policial e processo penal)

**Vitimização terciária:** falta de amparo dos órgãos públicos às vítimas; nesse contexto, a própria sociedade não acolhe a vítima, e muitas vezes a incentiva a não denunciar o delito às

autoridades, ocorrendo o que se chama de cifra negra (oculta = quantidade de crimes que não chegam ao conhecimento do Estado)

---

### QUESTÃO 70

Ao conduzir sua argumentação tendo como ponto de referência a criminologia crítica e a genealogia do poder desenvolvida por Michel Foucault, Thiago Fabres de Carvalho assume a dignidade humana como “condição antropológica existencial da comunidade política”, eixo central das reflexões criminológicas sobre o controle penal da subcidadania no Brasil.

Nesse sentido, avalie as assertivas abaixo:

I. A visão da condição humana apresentada por Hannah Arendt, formada pelo conjunto da *vita activa*, é absolutamente apropriada para se apreender o inicial significado da dignidade humana como elemento existencial instituinte da comunidade política, pois a condição humana não se confunde com a busca de uma natureza humana universal, intrínseca, o que remeteria a uma espécie de deidade.

II. A partir das reflexões de *Axel Honneth*, a dignidade humana determina a condição de pluralidade da comunidade política, de modo que a construção da realidade social, costurada, sobretudo, na esfera pública, é engendrada a partir da necessidade da manifestação da diversidade e, por conseguinte, da luta por reconhecimento.

III. A construção do sentido subjetivo e social da dignidade, possibilitada pelas experiências de reconhecimento, assume uma importância decisiva na reflexão criminológica, uma vez que a valorização negativa de determinados indivíduos ou grupos, isto é, a produção social da invisibilidade, converte-se em gravíssimos problemas de integração social.

São **CORRETAS** as assertivas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.

---

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIOS

A crítica de Hannah Arendt aos Direitos Humanos, diz que a cidadania é algo fundamental para a garantia dos direitos humanos e que essa é uma condição que inviabilizava o acesso dos grupos de apátridas e dos refugiados aos direitos básicos, que sempre foram considerados universais pela tradição jusnaturalista, pois, esses grupos haviam perdido o que ela chamou de “direito a ter direitos”. Em seu livro *Origens do totalitarismo*, Arendt expõe pela primeira vez sua crítica ao caráter universalista dos direitos humanos e ao que considerou o grande

paradoxo dos direitos humanos, que consiste em declarar certos direitos como universais e permitir que se façam leis de exceção que retirem parte dos direitos de algumas minorias.

(...) daquilo que Arendt (2010) designa *vita activa*. Por esse termo, a filósofa compreende a própria condição humana, composta de três atividades fundamentais: trabalho, obra e ação. Cada uma delas corresponde a uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra. Para a autora, o trabalho (labor) é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano e, por essa razão, a condição humana do trabalho é a própria vida. A obra (work), por sua vez, é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, capaz de produzir um mundo artificial de coisas. Em vista disso, a condição humana do trabalho é a mundanidade. Finalmente, a ação (action) é a atividade exercida diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, correspondente à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Com efeito, a visão da condição humana apresentada por Hannah Arendt, formada pelo conjunto da *vita activa*, é absolutamente apropriada para se apreender o inicial significado da dignidade humana como elemento existencial instituinte da comunidade política. Nesse propósito, Arendt assinala de plano a convicção de que a condição humana não se confunde com a busca de uma natureza humana universal intrínseca, o que remeteria, segundo sugere, a uma espécie de "deidade", isto é, "ao deus dos filósofos que, desde Platão, não passa em uma análise mais profunda, de uma espécie de ideia platônica de homem". Essa questão parece clara quando a autora assevera que "as condições da existência humana - a própria vida, a natalidade e a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e o Planeta Terra - jamais podem 'explicar' o que somos ou responder à pergunta sobre o que somos, pela simples razão de que jamais nos condicionam de modo absoluto". (...)

70

(...) Parece igualmente claro que a dignidade humana, tal como hoje percebida, no arcabouço jurídico-político das democracias constitucionais, não apenas apresenta o eixo das ficções operatórias, o qual assegura a unidade e a legitimidade da comunidade política, mas acima de tudo determina a condição da pluralidade. A construção da realidade social, costurada, sobretudo, na esfera pública, é engendrada a partir da necessidade da manifestação das diferenças e, por conseguinte, da luta por reconhecimento. A edificação desse sentido subjetivo e social da dignidade, possibilitada pelas experiências de reconhecimento, assume uma importância decisiva, visto que a valorização negativa de determinados indivíduos ou grupos, isto é, a produção social da invisibilidade, converte-se em gravíssimos problemas de integração social.

(Carvalho, Thiago Fabres de. Criminologia, (in)visibilidade, reconhecimento: o controle penal da subcidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2014. fl. 37)